



## Bunkyo Empresarial

Editado pela Comissão de Relações Empresariais

Nº 11 Abril 2018



*“Brasil osewa ni natta kimochi  
wo arawashimashita”.*

*“Expressei meu sentimento de  
gratidão ao Brasil”.*

São as palavras do artista  
plástico Kazuo Wakabayashi,  
autor da logomarca  
comemorativa aos 110 anos da  
imigração japonesa no Brasil.

## APRESENTAÇÃO

O Boletim Empresarial edição Nº 11 de abril de 2018 apresenta a entrevista do dr. Kazuo Watanabe, dois artigos e breves notas econômicas. O primeiro artigo é da Patricia Stefani “Ensino Superior Gratuito?”, o segundo do professor Akihiro Ikeda intitulado “Taxa de Câmbio e Crescimento Econômico”, e em seguida as Notas Diversas. Esta edição apresenta como novidade um Anexo Estatístico com séries históricas de dados demográficos e econômicos recentes do Brasil. O Boletim Empresarial espera que o anexo seja útil aos leitores.

## Sumário

**Entrevista** - dr. Kazuo Watanabe relata a sua infância em Bastos, a experiência estudantil e da escolha da carreira jurídica, conta sobre o seu entendimento do termo Nikkei, aborda as diferenças jurídicas entre o Brasil e Japão, comenta o processo “lava jato” e finaliza com mensagem aos jovens que almejam a carreira jurídica. .... **2**

**Ensino superior gratuito?** - Patricia Stefani procura responder a pergunta título de seu artigo com base em dados extraídos de um relatório e de uma publicação do Banco Mundial. Ela apresenta suas considerações após analisar vários dados destas publicações. Ainda, apresenta as diferentes experiências em dois países, Inglaterra e Chile. .... **7**

**Taxa de câmbio e crescimento econômico** - Akihiro Ikeda apresenta o alcance da adoção da taxa de câmbio como política de desenvolvimento econômico nos países não industrializados. Analisa a controvérsia da adoção de uma política cambial sem estar complementada por outras políticas industriais. Analisa também a experiência dos países emergentes da Ásia e a experiência Brasileira.

..... 21

**Notas Diversas** - Trata-se de notícias sintéticas que abordam assuntos diversos do Brasil, Japão e de outros países. .... 25

**Anexo Estatístico**..... 35



## Entrevista

O “Bunkyo Empresarial” entrevista dr. Kazuo Watanabe, advogado, primeiro desembargador do estado de São Paulo descendente de japoneses e professor da Faculdade de Direito da USP. Autor de vários livros na área jurídica. Dr. Kazuo Watanabe é membro do Conselho Superior do Bunkyo e vice-presidente da Comissão de Relações Empresariais do Bunkyo.

### ***1 – Ter nascido em Bastos, pequena e pacata cidade do interior de São Paulo, com predominância de imigrantes e descendentes japoneses influenciou a sua infância e adolescência?***

Sim, como nasci, cresci e vivi até 15 anos de idade em Bastos, certamente devo ter recebido forte influência, em minha formação, dos usos e costumes, valores culturais e padrões éticos japoneses, que então predominavam nessa comunidade formada pelos imigrantes japoneses. Estou me referindo à Bastos das décadas de 1930 a 1950. Nasci em janeiro 1936 e lá permaneci até 1950, quando concluí o curso ginasial. Em 1951, embora minha família continuasse a morar em Bastos, vim a São Paulo para prosseguir os meus estudos. Hoje, passados mais de 68 anos, Bastos está bem diferente, embora ainda remanesçam resquícios de valores culturais japoneses.

### ***2 – Dr Shigeaki Ueki contou nos que os senhores foram considerados numa época “persona non grata” em Bastos. Pode nos contar o que ocorreu?***

Não tenho lembranças precisas dessa passagem ocorrida após o nosso ingresso em faculdade de Direito. Dr. Ueki, que tem memória bem mais precisa do que a minha, costuma lembrar, de forma jocosa, a nossa primeira atuação “política”. Tínhamos acabado de ingressar em curso universitário, ambos na área de Direito, e numa de nossas viagens de férias

a Bastos, possivelmente em julho de 1955 ou em janeiro de 1956, resolvemos “vistoriar” o prédio da escola rural da Seção Cascata de Bastos, onde cursei os 3 primeiros anos do ensino fundamental, concluindo na cidade o 4º e o último ano do curso primário. O estado de conservação do prédio estava deplorável e resolvemos então, segundo as minhas lembranças, registrar em fotos (aqui não tenho muita certeza, pois nessa época não era fácil ter à disposição uma câmera fotográfica, embora meu cunhado fosse fotógrafo profissional em Bastos), e encaminhamos uma “veemente reclamação” aos administradores e políticos de Bastos, que redigimos a 4 mãos. Não me lembro mais para que autoridade encaminhamos o nosso pretensioso documento, mas uma coisa é certa, fora ela redigida com a melhor das intenções, mas possivelmente com adjetivos exagerados e alguns até inadequados. Lembra o Dr. Ueki que, como reposta à nossa primeira e atrevida incursão no mundo político, fomos considerados “persona non grata”. Sei que não gostaram nada de nossa intromissão na política bastense, mas hoje não tenho muita certeza do tipo de reposta que eles nos deram. A memória do Dr. Ueki é mais precisa e por isso estou admitindo que efetivamente fomos considerados “persona non grata”. Posteriormente, já formados, ambos atuando profissionalmente, eu não área do Judiciário e Dr. Ueki no campo político-administrativo, como Diretor da Petrobrás, Ministro de Minas e Energia e Presidente da Petrobrás, foi restabelecida a nossa cidadania bastense. Em

ambiente solene e festivo, recebemos o título de “Cidadão Bastense”.

### **3- Por que decidiu seguir o curso de direito e a carreira de juiz?**

Quando concluí o curso ginásial em 1950, com 14 anos de idade, não tinha a menor noção do meu futuro profissional. Sabia que havia algumas profissões tradicionais, como as de médico, engenheiro e advogado, mas não tinha qualquer informação sobre as várias ramificações e especialidades dessas profissões. Nem sabia que Juiz de Direito é uma das opções propiciadas pelo curso de direito. Um dos grandes sonhos que tive quando criança, antes de ingressar no curso primário, era ser motorista de caminhão. Via os caminhões carregados de fardos de algodão (Bastos, no início de sua existência, foi um grande produtor de algodão), que me despertavam o grande desejo de um dia dirigir um deles.

Em São Paulo, quando iniciei o colegial, ainda não tinha a definição da carreira a seguir. Por decisão da minha família, principalmente por orientação do irmão mais velho (sou caçula da família, e ele, nascido no Japão, era o filho mais velho, portanto entre nós havia uma grande diferença de idade) resolvi seguir o curso de contabilidade, que me propiciaria em pouco tempo um diploma para o exercício de uma profissão, possibilitando-me o prosseguimento dos estudos em nível universitário, já com uma fonte própria de renda. Cursei, então, a Escola Técnica de Comércio Álvares Penteado e tive como colega, dentro outros, o Dr. Ueki. Nessa época, quanto ao curso universitário, o meu desejo era ser cientista em área de ciências exatas. Mas, durante os três anos de curso colegial, li uma quantidade muito grande de livros, desde romances e biografias até algumas obras de filosofia, e pouco a pouco fui me aproximando da área de ciências humanas, até me fixar em Direito. Resolvi então, quando já estava para concluir o curso colegial, seguir o curso de Direito. Ingressando na Faculdade de Direito da USP em 1955, passei a viver intensamente a vida acadêmica, participando da política estudantil. Era época da campanha do “petróleo é nosso” e outras campanhas de cunho nacionalista.

Concomitantemente com a vida acadêmica, que para mim foi uma importante fase de formação pessoal e de preparação para a vida

profissional, atuei também em associações nipo-brasileiras, como Associação Cultural e Esportiva Piratininga e Gecebs (associação de ex-bastenses). Eram associações que desenvolviam atividades culturais, sociais e esportivas, e se prestavam a apoiar os jovens que moravam no interior, indicando-lhes os cursos universitários existentes, orientando-os na fase inicial de ambientação na Capital, desenvolvendo atividades de divulgação da cultura japonesa, de discussão de problemas brasileiros e propiciando ambientes culturais, esportivos e sociais aos seus membros. À época, isto é, nas décadas de 1950 a 1970, existiam várias dessas entidades. Em minha avaliação, era excessiva a quantidade delas e cheguei até mesmo a participar de reuniões que buscavam a unificação delas, mas não foi possível obter qualquer resultado. A extinção da grande maioria delas ocorreu naturalmente com o correr do tempo. Mas, ao cabo de cinco anos de curso universitário, quando desenvolvi todas essas atividades, tanto no ambiente universitário como nas entidades associativas, muitos de meus amigos acreditavam que eu iria abraçar a carreira política, buscando algum cargo eletivo.

Mas, o que aconteceu foi que, a atuação na política universitária deu-me uma visão clara de que a minha formação pessoal não estava voltada para atividades políticas, mormente para a política de disputa de votos para se atingir o poder. Alcancei essa percepção quando passei da metade do curso de direito, vale dizer, quando concluí o 3º ano e iniciei os dois últimos anos do curso de bacharelado. A percepção ficou mais nítida no último ano do curso, quando formei definitivamente a meta de seguir a magistratura. Terminei o curso no final de 1959. Advoguei por cerca de 2 anos e após completar a idade mínima, que na época era de 25 anos, resolvi prestar o concurso de ingresso na magistratura e na segunda tentativa, em maio de 1962, fui aprovado e segui a carreira de juiz até atingir o posto de Desembargador em 1981, tendo me aposentado cinco anos depois, em agosto de 1986.

### **4- Durante a sua vida estudantil sentiu alguma diferença ou dificuldade por ser descendente de japoneses?**

Como relatei na resposta anterior, tive intensa vida acadêmica, com atuação na política estudantil. Talvez por esse tipo de convívio que estabeleci com os meus colegas de faculdade,

não senti qualquer tipo de discriminação racial. Certamente, pelas posições políticas que adotava, de linha mais de esquerda, em relação a vários temas políticos da época, tinha rejeição de pessoas pertencentes a grupos contrários e simpatia das pessoas do mesmo grupo, mas jamais pelo fato de ser descendente de japoneses. Aliás, esse fato foi bem evidenciado pela eleição de Mário Vatanabe (filho da benemérita Da. Margarida Vatanabe), que estava um ano na minha frente, a Vice-Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto. A chapa vencedora foi de um partido e o único eleito da outra chapa foi precisamente um descendente de japoneses, Mário Vatanabe, o que evidenciava bem o ambiente que existia à época na Faculdade de Direito da USP.

**5- Quais as mudanças mais significativas em todos os aspectos (empresarial, acadêmica, social etc) que hoje constata em relação aos imigrantes e descendentes de japoneses? Poderia comentar alguns pontos positivos e negativos se houver, em todos na sua opinião?**

Até o término da II Guerra Mundial em 1945, utilizava-se a expressão **“Colônia Japonesa”** para designar a comunidade formada pelos imigrantes japoneses e seus descendentes. Existia, de forma concreta, um grupo social minoritário formado por imigrantes japoneses e seus descendentes, que ainda sonhavam em acumular riqueza e retornar ao Japão. Esse número foi se reduzindo paulatinamente, mesmo antes da década de 1940, pois os filhos foram cada vez mais avançando nos estudos em escolas brasileiras, muitos ingressando e mesmo terminando o curso universitário, o que tornava praticamente impossível o retorno ao Japão. Essa situação, que dizia respeito a algumas famílias, universalizou-se de vez com a derrota do Japão na II Guerra Mundial. Em minha avaliação, a partir desse momento, ocorreu a decisão coletiva, para muitos involuntária e imposta por fatores externos, de fixação definitiva dos imigrantes japoneses no Brasil. Costumo denominar esse fenômeno de **“abrasileiramento”** de todos os imigrantes japoneses e seus descendentes (estou me referindo àqueles que imigraram antes da II Guerra Mundial), pois passaram todos eles a viver voltados para o Brasil e ao êxito dos filhos nos estudos e nas atividades econômicas no Brasil, e não mais no Japão.

A chamada **“Colônia Japonesa”**, que supõe uma comunidade conectada com o país de origem, deixou de existir, passando os imigrantes japoneses e seus descendentes, apesar dos vínculos sentimentais e de usos e costumes e valores éticos e culturais japoneses, a integrar a sociedade brasileira em definitivo, passando a constituir-se em um segmento dela, à semelhança de vários outros segmentos étnicos e sociais. À essa grande transformação ocorrida no final da década de 1945 e consolidada na década 1950, somaram-se outros fatores, como o advento de novas gerações (sanseis, yonseis e goseis – 3ª., 4ª. e 5ª. gerações) e com a intensificação da miscigenação em virtude do aumento progressivo dos casamentos interétnicos. A partir da década de 1950, houve a vinda de novos imigrantes, em relação aos quais certamente os fenômenos mencionados tiveram impactos diferentes.

Mas, tudo isto não pode ser analisado nos limites desta entrevista e nem tenho competência para isto. Apenas teci as considerações acima, numa visão eminentemente pessoal, para responder ao questionamento contido na pergunta. Acrescentaria, à guisa de conclusão, que os imigrantes japoneses, com a decisão de se fixar definitivamente no Brasil, começaram a investir na educação de seus filhos, e esse foi, com toda a certeza, o investimento mais importante que eles fizeram, pois permitiram que seus descendentes, filhos e netos, alcançassem ascensão social no Brasil, conquistando espaços nos mais variados setores da sociedade brasileira, tanto na área privada como na pública. Se há algum ponto preocupante, nas transformações ocorridas ao longo de 110 anos da história da imigração japonesa no Brasil, seria o empalidecimento da cultura japonesa e de seu substrato ético formado pelos valores que a sociedade brasileira soube reconhecer como uma das características mais marcantes dos imigrantes japoneses.

**6- Comenta se que o sr. tem um entendimento mais amplo da denominação “Nikkei”. Poderia explicar sobre esta denominação?**

A ampliação do conceito de “nikkei” decorre da transformação social descrita na resposta anterior. Originariamente, o termo “Nikkei” supunha a existência de vínculo sanguíneo.

Seria “nikkei” aquele descendente de japoneses que, seja pelo paterno ou materno, ou por ambos, tem sangue japonês em suas veias. Mas, ultimamente, vem aumentando bastante os casamentos interétnicos. Segundo os dados levantados pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros e analisados pelos pesquisadores Prof. Wakisaka e Prof. Miyao, o aumento tem sido progressivo segundo o grau de geração, sendo 6% entre os **nisseis** (2ª. geração), 42% entre os **sanseis** (3ª. geração) e 62% entre os **yonseis** (4ª. geração). E segundo a estimativa feita à época, com base em dados levantados (a pesquisa é de 1994, portanto de 20 anos atrás), os sanseis (3ª. geração) representavam 41,35% da população Nikkei e o casamento interétnico atingia, à época, o percentual de 45,9%, resultando disso a miscigenação da ordem de 27,3%.

Os filhos mestiços devem ser considerados nikkeis pelo critério sanguíneo, mas seu pai ou sua mãe não Nikkei, apesar dos vínculos com nikkeis, seus parentes e integrantes dos círculos familiar e social do cônjuge nikkei, com a prática de usos e costumes, estilos de vida, enfim com grande proximidade aos valores culturais e éticos japoneses, muitas vezes até mais que os próprios nikkeis com vínculo sanguíneo, não seriam acaso também nikkeis? Em meu modo de sentir, o critério que deve prevalecer é o cultural, sendo extremamente acanhado o critério sanguíneo. Daí porque, como conclusão a respeito do tema, cheguei à conclusão de que nikkeis são as pessoas que trazem consigo, gostam e praticam valores culturais japoneses, e não simplesmente as pessoas de origem japonesa, que é a sua acepção original”.

### **7. Teve e tem muitos relacionamentos com o Japão? Poderia contar-nos alguns fatos interessantes?**

Minha primeira viagem ao Japão ocorreu em 1965 a convite do Governo japonês. A permanência foi curta, de cerca de 2 meses, mas foi extremamente proveitosa. Tinha então 29 anos de idade. À época, estava iniciando a minha carreira de Juiz de Direito e foi extremamente proveitosa em termos pessoais e profissionais.

Retornei ao Japão 12 anos depois, em 1977, desta feita a convite da Fundação Japão, para participar do Simpósio de Intercâmbio cultural entre Japão e América Latina. Fui em

companhia do escritor Guilherme Figueiredo. Tive a oportunidade não somente de expor o meu ponto de vista a respeito do intercâmbio cultural, como também de conhecer muitos intelectuais do Japão e dos países convidados. Uma das pessoas que conheci foi o Prof. Toshichika Totoki, da Universidade Keio, uma das tradicionais universidades privadas do Japão. Esse professor, ouvindo a minha palestra e concordando com a minha colocação, apresentou-me o Prof. Sussumu Ito, titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Keio, a quem expus minha ideia básica, que era no sentido de que o intercâmbio cultural deveria ser praticado não somente em nível governamental, mas sim também pelas instituições e pessoas privadas. Como resultado desse encontro, dois anos depois, em 1979, dois professores de Direito Processual Civil (Prof. Alfredo Buzaid e Prof. Celso Neves) foram convidados para o Simpósio de processualistas japoneses e para seminário na Universidade Keio. Tive a honra de fazer parte dessa comitiva brasileira e na oportunidade foram discutidos e aprovados os termos do Convênio de Intercâmbio científico e acadêmico entre a Faculdade de Direito da Universidade Keio e a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que vem sendo desenvolvido com êxito, com realização de simpósios, seminários, visitas de professores e alunos, há quase 40 anos.

### **8- Gostaria de abordar algumas diferenças jurídicas entre Brasil e Japão?**

Tem-se a impressão de que, pelas diferenças culturais e de usos e costumes, há muitas diferenças entre os direitos do Brasil e do Japão. Mas, não é bem assim. O Japão, após a Revolução Meiji ocorrida no início da segunda metade do Século 19, procedeu à modernização do seu sistema jurídico, e na área de Direito Privado contratou juristas europeus para a elaboração do Código Civil. Inicialmente, teve a participação de um jurista francês, mas a redação final do Código Civil recebeu forte influência do Direito Alemão. Ocorre que, tanto o Direito francês quanto o Direito Alemão têm ambos forte influência do antigo Direito Romano e o Direito Civil brasileiro, baseado no Direito português e com influência dos Direitos europeus, fundamentalmente do Direito francês e do Direito alemão, também tem raiz romana. Isto significa que os Direitos Privados japonês e brasileiro têm, ambos, raiz romana e por isso têm vários pontos comuns. O que acontece é que,

como na interpretação das normas jurídicas os valores culturais de um país têm papel preponderante, embora sejam literalmente idênticas as normas, às vezes as normas podem ter alcances diferentes. Mesmo na área de Direito Público, principalmente no Direito Constitucional, como ambos os países receberam forte influência do Direito Americano, as semelhanças em muitos aspectos são muito grandes. É claro que, quanto à organização política e estruturação do Estado, como o Japão adota a monarquia e o sistema parlamentarista de governo, enquanto o Brasil é república presidencialista, as diferenças são muito grandes.

Tive a oportunidade de participar da elaboração de algumas leis, como a do Juizado Especial de Pequenas Causas, do Código de Defesa do Consumidor e da Lei de Ação Coletiva.

Quando da elaboração do anteprojeto da Lei do Juizado de Pequenas Causas, que é de 1984, tive a oportunidade de conhecer mais de perto o sistema japonês de conciliação. Foi muito importante esse conhecimento do sistema japonês de conciliação, promovida por um terceiro que não irá julgar a causa, para a concepção do modelo brasileiro de Juizado Especial de Pequenas Causas, que tem no êxito da solução conciliada dos conflitos a pedra de toque de seu sucesso.

Quanto às ações coletivas, entre os países do Civil Law, família à qual pertencem tanto o Japão como o Brasil, o nosso país foi pioneiro na concepção de um sistema próprio. Embora com grande influência do Direito americano, o nosso sistema tem características próprias. O Japão instituiu recentemente uma ação coletiva para a tutela dos direitos individuais dos consumidores. O Presidente da Comissão formuladora do anteprojeto de lei foi Professor Miki, da Universidade Keio, que já tinha visitado o nosso país algumas vezes em razão do Convênio existente entre a Keio e a USP. Após estudar os vários modelos, o Japão resolveu adotar o modelo brasileiro, isto por influência do Prof. Miki, fato inédito na área de Direito entre Japão e Brasil.

**9- O processo “lava jato” foi sem dúvida um alento para a população brasileira contra a corrupção. Poderia falar sobre o fato numa linguagem acessível a todos?**

O “Lava Jato” está promovendo uma transformação revolucionária no combate à corrupção no Brasil. Nunca se viu antes pessoas ricas e poderosas serem processadas e punidas como está correndo atualmente. Há várias frentes de combate a “Lava Jato”, em curso tanto no campo político como no jurídico, inclusive em alguns segmentos do Judiciário. Se a população não mantiver uma vigilância permanente, inclusive com movimentos de rua, há o sério risco de retrocesso, como ocorreu, por exemplo, na Itália, com o movimento “Mãos Limpas”, no qual se inspiraram as pessoas que estão conduzindo o “Lava Jato” no Brasil. Mas, a grande diferença que há entre os dois movimentos de combate à corrupção consiste no envolvimento, no Brasil, não apenas de alguns poucos juizes, promotores e delegados idealistas, e sim de toda uma nova geração de membros da Magistratura, do Ministério Público e da Polícia Federal. Além disso, todas essas instituições, após a Constituição de 1988, ganharam mais autonomia e independência. Além disso, os integrantes do “Lava Jato” têm a experiência anterior do “Mensalão” e dos obstáculos enfrentados em outras experiências anteriores. Mas, para que o “Lava Jato” conclua com êxito a sua missão é importante que a população dê apoio permanente a ele, não permitindo que tenham êxito as várias e repetidas tentativas de sua destruição.

**10- Poderia deixar uma mensagem aos jovens descendentes de japoneses que almejam a carreira jurídica?**

Em razão da competição cada vez mais acirrada na área jurídica, pela quantidade excessiva de bacharéis em direito que estão se formando a cada ano (dizem que existem no Brasil mais faculdades de Direito que o total das faculdades existentes nos países do Ocidente), o importante é o permanente aprimoramento, buscando ser um dos melhores da área escolhida. É importante, também, estudar as disciplinas afins, buscando em cada especialidade conhecer bem não somente o ramo específico do direito como também os ramos afins e o contexto sócio-econômico em que ele se insere. Em expressão popular, diria que **“é preciso conhecer não somente a árvore como também ter uma sólida ideia de toda a floresta em que ela está plantada”**.



## Ensino superior gratuito?

(\*) **Patricia Stefani**

O ensino público “gratuito” não é gratuito (nem o transporte, aliás). O ensino superior provisionado pelo Estado, nem é gratuito, nem reduz a desigualdade de renda. Não promove a igualdade de oportunidades aos mais pobres, nem se trata de uma política progressiva de redistribuição de renda. É, na realidade, uma política pública altamente regressiva. Mas não conte isso ao brasileiro. No país onde 9 entre 10 pessoas acreditam fazer parte da metade mais pobre da população e que é o 2º país (entre 38) com menos noção da própria realidade<sup>1</sup> também há a convicção de que ensino superior gratuito é uma política pró-pobre e que o fim da gratuidade é uma recomendação golpista, ianque e apoiada pela elite opressora. Pelo menos foi essa a reação à recomendação do Banco Mundial de que tal política precisa ser repensada à luz do alto custo/benefício indicado pelos dados.

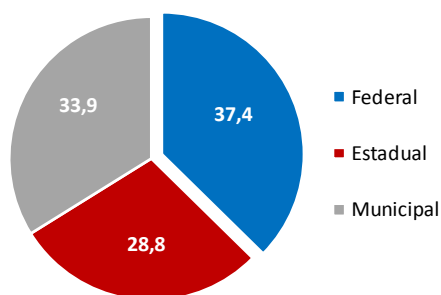
### A análise do Banco Mundial<sup>2</sup>

O ponto central do trabalho do Banco Mundial (BM) é mostrar que, a despeito da expansão do acesso ao ensino superior ocorrido na última década e meia, o gasto público é regressivo e altamente ineficiente.

#### (a) *Gasta-se pouco?*

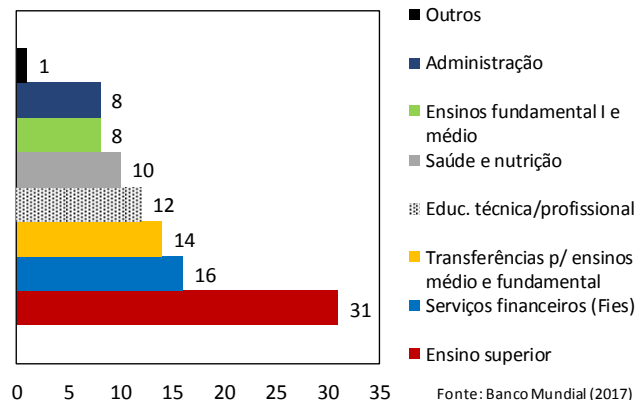
Os dados trazidos pelo BM reforçam que o problema do ensino público no Brasil não é falta de recursos. Em proporção do PIB, o gasto em educação no Brasil é maior que a média da OECD, dos BRICS, de nossos pares estruturais (África do Sul, Colômbia, Indonésia, México e Turquia) ou regionais (Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru).<sup>3</sup> No período 2000-2014, as despesas públicas com todos os níveis educacionais aumentaram a uma taxa *real* de 5,3% ao ano.

Gráfico 1: Gasto em educação por nível de governo



Fonte: Banco Mundial (2017)

Gráfico 2: Gastos federais (% total)



Fonte: Banco Mundial (2017)

<sup>1</sup> “Brasil é 2º país com menos noção da própria realidade, aponta pesquisa” e “9 em cada 10 brasileiros acham que estão entre metade mais pobre do país”, Folha de São Paulo, 06/12/2017.

<sup>2</sup> Além do relatório do Banco Mundial divulgado recentemente, “*Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*”, há um livro sobre o ensino superior na América Latina divulgado pela instituição este ano, de onde foram retirados alguns dados. Ambas as referências se encontram ao final do texto.

<sup>3</sup> Como proporção do gasto total, o Brasil também gasta mais que a OECD e muito próximo aos BRICS e pares regionais.

Gráfico 3: Gasto do governo em educação (% PIB)

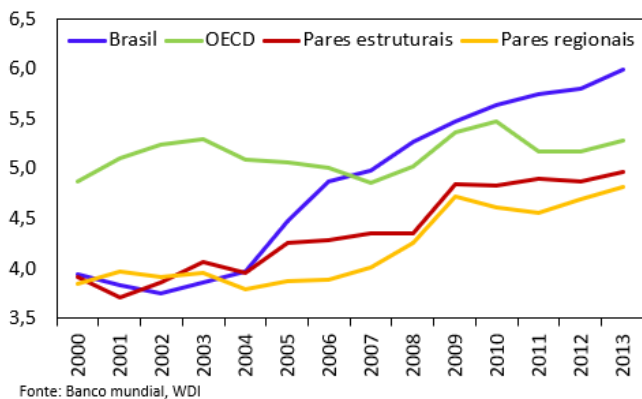
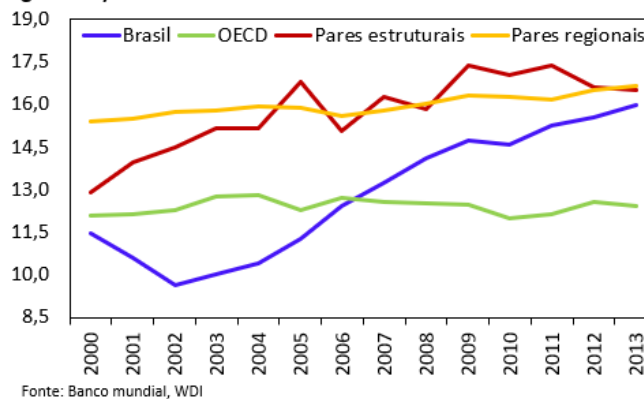


Gráfico 4: Gasto do governo em educação (% dos gastos do governo)



O ensino superior e a educação técnica e profissional abocanham 43% do gasto federal em educação (31+12), mas há de se ter em mente dois dados muito importantes: a taxa líquida de matrícula, isto é, o total de alunos na faixa etária de 18-24 anos que está matriculada no ensino superior como proporção desta faixa etária, é de apenas 16%; destes, apenas 27% estão matriculados em instituições públicas de ensino superior.

O orçamento federal alocado às 63 universidades federais tem crescido à taxa média *real* de 7% a.a. e, dado que as matrículas crescem a 2% a.a., isso representa um aumento real anual de 5% no gasto por aluno das *universidades federais*, cujo custo é de cerca de 0,5% do PIB.

Com relação ao gasto por aluno, o gasto médio no ensino superior não é particularmente alto, mas é consideravelmente elevado nas universidades e institutos federais. Em 2012, o gasto por aluno no ensino superior equivalia, aproximadamente, a 38% da média dos países da OCDE, acima de países comparáveis em termos regionais, estruturais e em relação aos BRICS (respectivamente, 31%, 28% e 32%).

Em termos de PIB per capita, o nível de gasto por aluno é comparável a outros países por meio do controle do PIB per capita. No entanto, se considerarmos apenas as instituições públicas, o gasto por aluno é próximo ao verificado em países que possuem *o dobro* do PIB per capita do Brasil, e muito superior ao de vários países da OCDE.

Gráfico 3: Gasto por aluno no ensino superior e PIB per capita

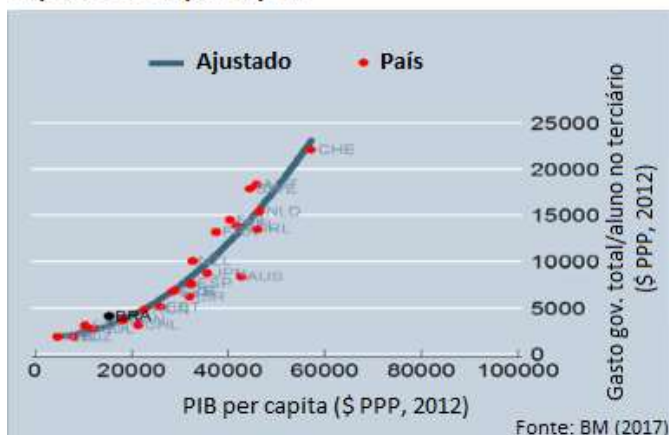
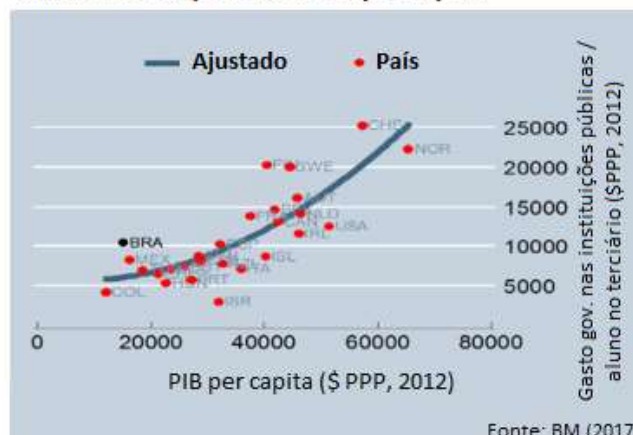


Gráfico 4: Gasto por aluno no ensino superior em universidades públicas e PIB per capita



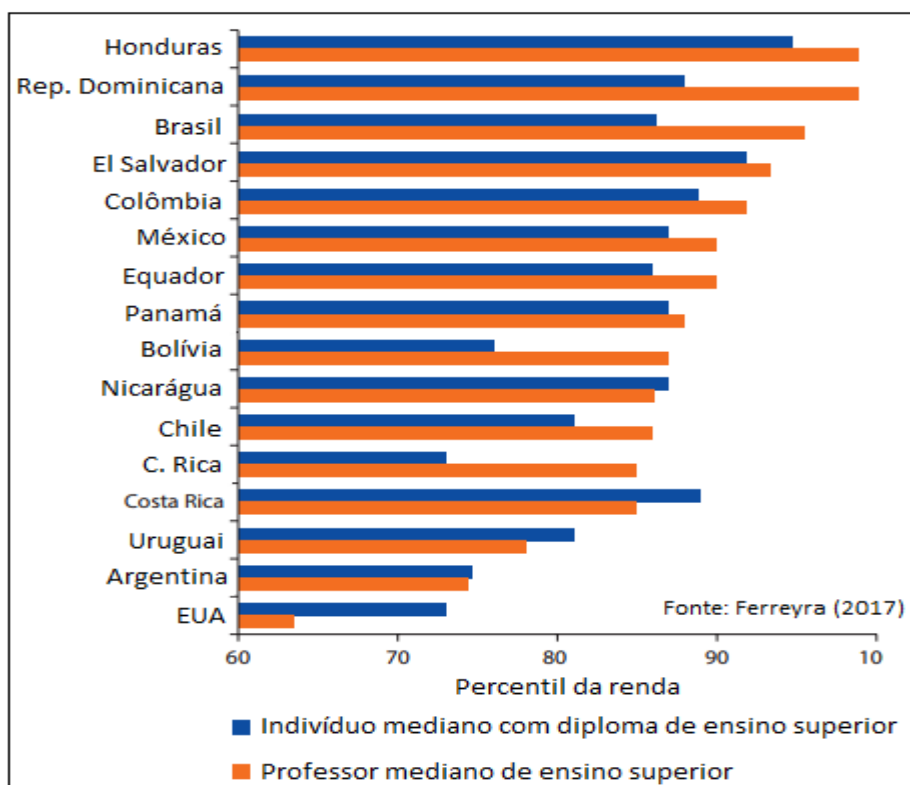
(b) Remunera-se mal?

Os professores universitários brasileiros ganham acima dos padrões internacionais, trabalham menos e se aposentam melhor. Dos outros 14 países latino-americanos analisados, a média de horas

trabalhadas por semana no Brasil é menor ou igual a 9 deles. Além disso, enquanto os professores do ensino superior trabalham, em média, cerca de 33 horas, os demais trabalhadores da população como um todo trabalham cerca de 40.

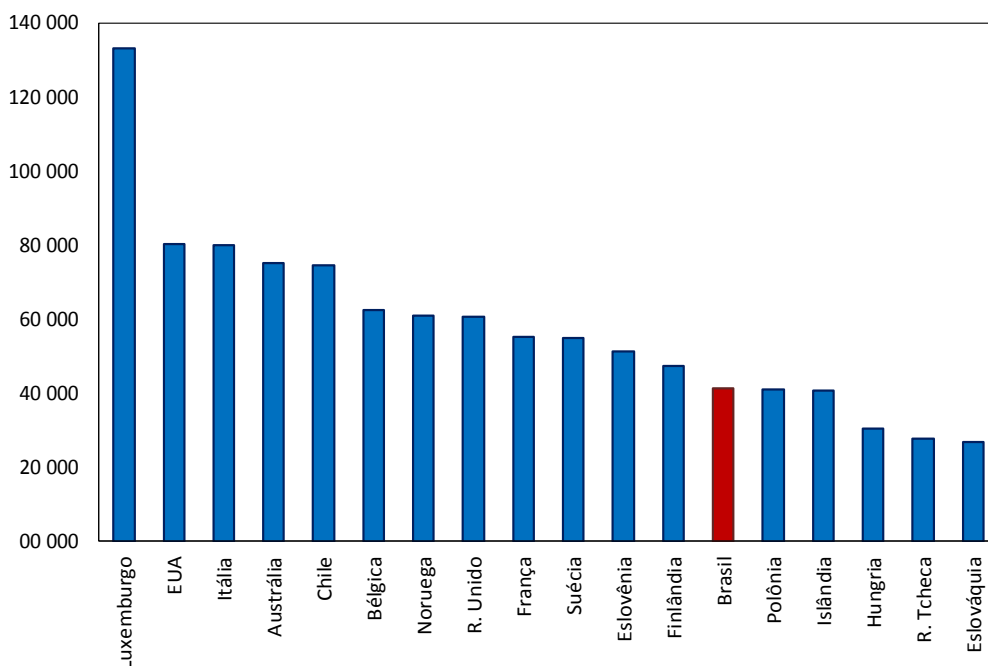
No Brasil, o salário do professor mediano está no 96º. percentil da renda do trabalho, o que significa que apenas 4% dos trabalhadores conseguem um emprego com remuneração superior à do professor típico do ensino superior.

**Gráfico 5: Percentil da renda dos trabalhadores em 2012**

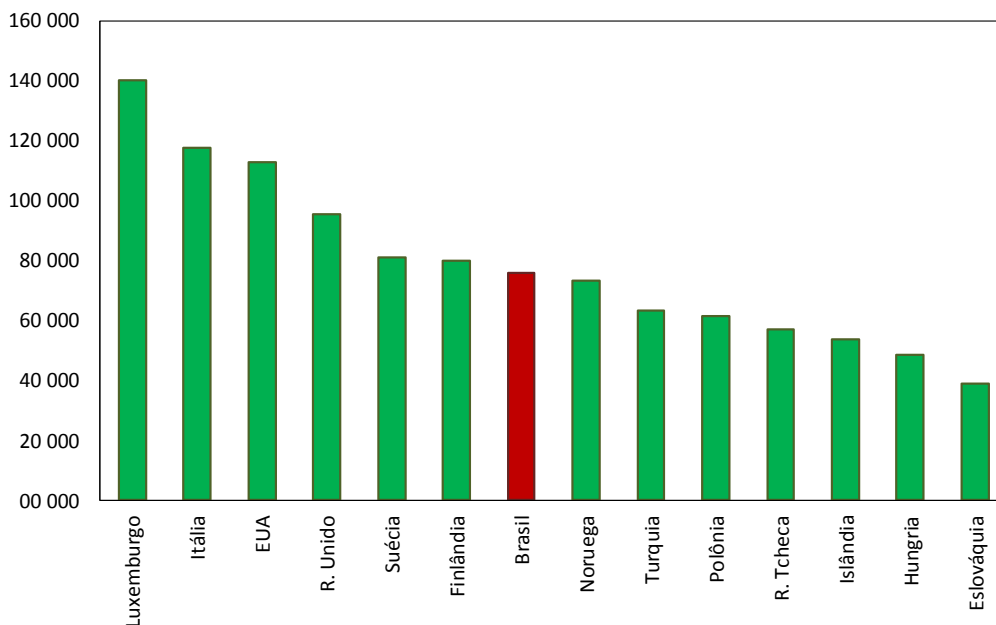


Segundo os dados do BM, embora o piso salarial dos professores brasileiros esteja em linha com o que é pago em países com renda per capita similar, os salários dos professores no Brasil aumentam rapidamente após o início da carreira. Devido às promoções automáticas por tempo de serviço (e não por qualidade) e da participação em programas de formação, em 15 anos de carreira os salários se tornam duas a três vezes superiores ao salário inicial, em termos reais, o que supera, em muito, o que se vê em outros países. Além disso, quando se avalia o pacote total de remuneração, isto é, quando se contabilizam os planos previdenciários relativamente generosos quando comparado a outros países da OCDE a que os professores têm direito no Brasil, o descolamento é ainda maior.

**Gráfico 6: Média salarial real anual dos professores de ensino superior (US\$ PPP, 2014)**



**Gráfico 7: Média salarial real anual dos professores em regime integral de ensino superior (US\$ PPP, 2014)**



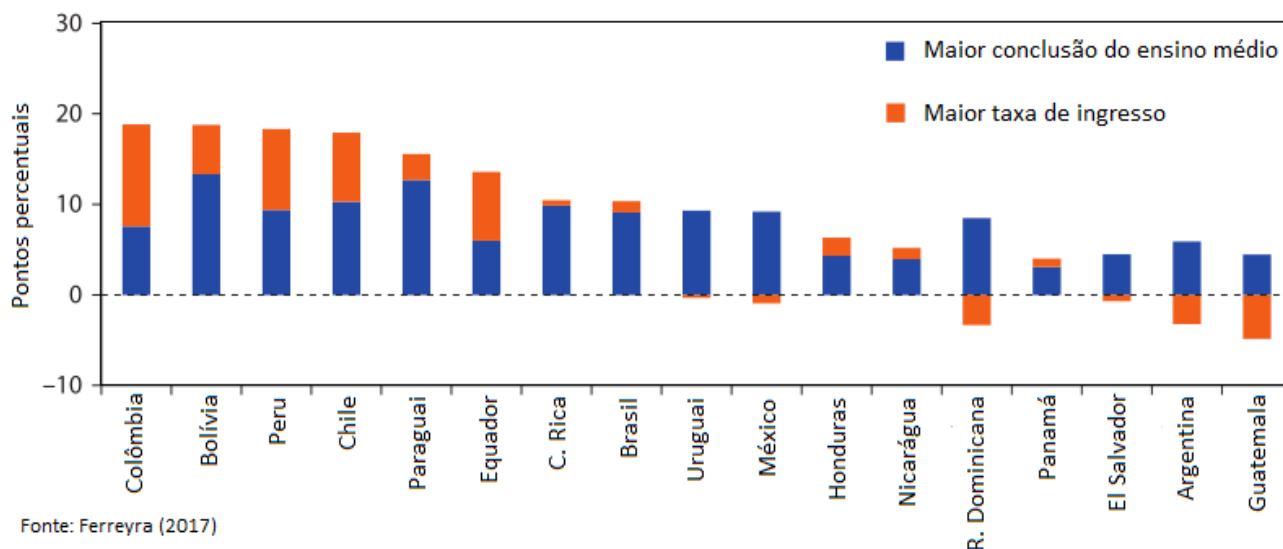
*(c) A expansão do acesso (e para quem)*

Na última década e meia, as matrículas no ensino superior triplicaram, com as universidades privadas tendo papel fundamental nesse processo. As universidades públicas representam apenas 25% das matrículas sendo que as universidades federais representam 15% do total.

A taxa de matrícula olha apenas para os alunos atualmente matriculados. Definindo a taxa de acesso ao ensino superior como a proporção de jovens do grupo etário de 18-24 anos que tiveram, em algum momento, acesso ao ensino superior podemos ampliar um pouco o universo dos estudantes. A expansão do acesso pode se dar ou pela expansão da taxa de conclusão do segundo grau, ou pela

maior propensão dos alunos que completam o segundo grau em cursar o ensino superior (taxa de ingresso). No caso do Brasil, como mostra o gráfico abaixo, a expansão do acesso ao ensino superior ocorreu primordialmente pelo primeiro fenômeno, o que indica que a expansão do acesso se deu muito mais para acomodar a maior demanda do que propriamente uma política focada para incentivar o ingresso na universidade e expandir o acesso.

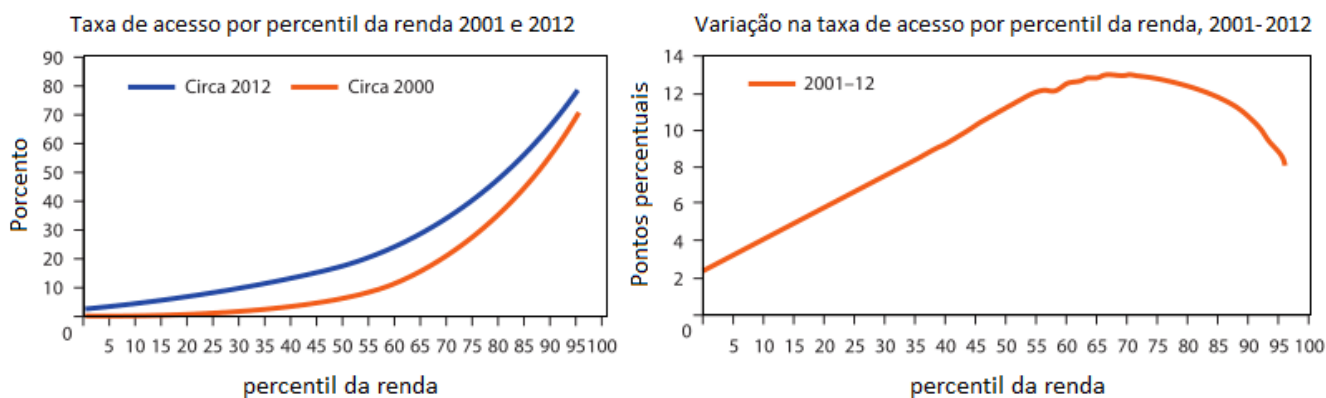
**Gráfico 8: Decomposição da expansão do acesso ao ensino superior entre 2000 e 2013**



Fonte: Ferreyra (2017)

Segundo o BM, quando se olham os dados de renda e acesso ao ensino superior, embora tenha havido tanto queda na desigualdade de acesso como ampliação da participação dos mais pobres (próxima de zero em 2001), a maior variação no acesso ocorreu para indivíduos pertencentes ao grupo de renda média e renda média alta, principalmente por conta da expansão do ensino superior em instituições particulares.

**Gráfico 9: Brasil - Acesso à educação superior e mudança no acesso, por percentil da renda familiar**



Fonte: Ferreyra (2017)

A análise acima é complementar ao quadro que emerge da avaliação da expansão do programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o Fies. Segundo diagnóstico produzido pelo Ministério da Fazenda, parte da expansão recente do programa beneficiou alunos que já estavam matriculados em instituições privadas de ensino superior, ou que já tinham condições financeiras de arcar com o curso superior em instituições privadas:

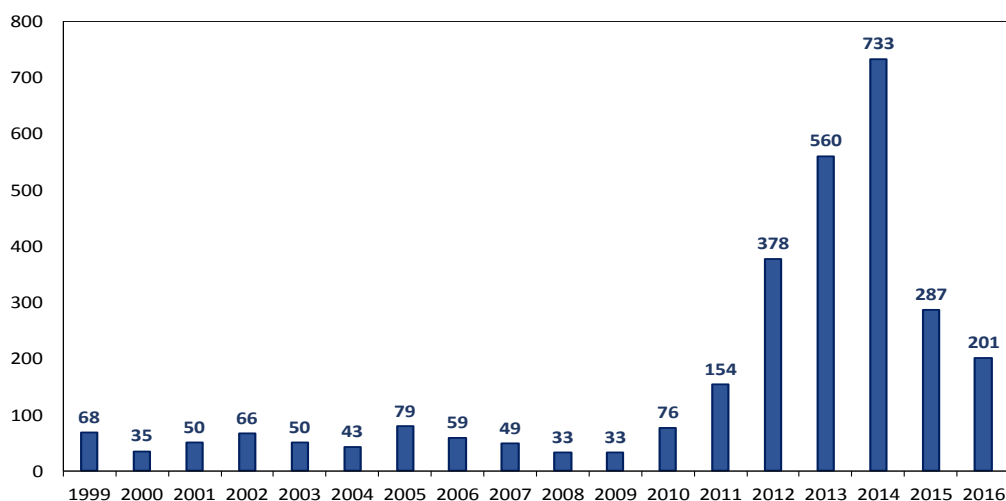
*“(...) as matrículas Fies passaram de aproximadamente 5% do total das matrículas na rede privada em 2009, para 39%, em 2015. Esse forte aumento ocorrido a partir de 2010 é explicado pelas mudanças*

ocorridas no Fies. O programa passou a dispor de condições financeiras mais benéficas para o estudante que permitiram um crescimento em ritmo incompatível com a disponibilidade de recursos no médio e longo prazo, bem como a transferências de parcela relevante dos riscos de financiamento ao setor público.

No entanto, vale ressaltar que o Fies não tem sido eficaz no cumprimento da meta do Plano Nacional da Educação (PNE). Uma das metas do PNE é elevar a taxa bruta de matrícula no ensino superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, sendo que pelo menos 40% das novas matrículas devem ocorrer nas IES públicas. O que aconteceu é que o número de financiamentos concedidos pelo Fies ultrapassou o total de novas matrículas no segmento privado, o que significa que parte dos alunos já matriculados em IES privadas passaram a ser financiados pelo programa, conforme apontado na tabela abaixo.

Observa-se que enquanto mais de 1 milhão de novas matrículas foram realizadas na rede privada entre 2009 e 2015, o Fies concedeu, no mesmo período, mais que o dobro de novos financiamentos: 2,2 milhões de estudantes Fies. Assim, boa parte dos contratos do Fies foram celebrados com estudantes que já cursavam, ou já cursariam, o ensino superior, com condições financeiras para arcar com as mensalidades do curso. Desse modo, a forte elevação de financiamentos do Fies contribuiu aquém do esperado na expansão das novas matrículas do ensino superior, quando se observa os novos financiamentos concedidos no período.”

**Gráfico 10: Quantidade de novos contratos Fies (em milhares)**



Fonte: Ministério da Fazenda (2017)

(d) Quanto custa e a quem serve?

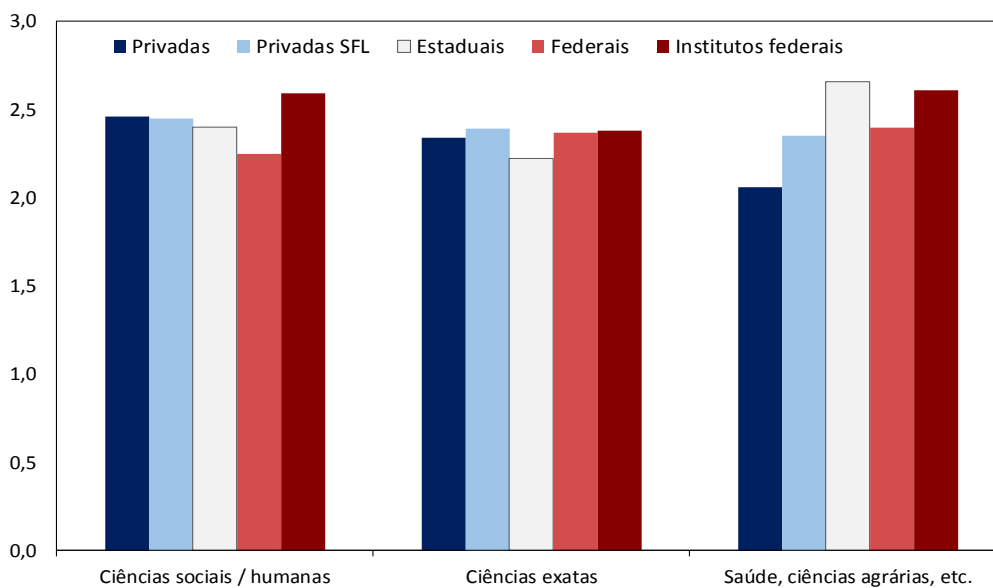
Como, em geral, os cursos mais concorridos e, portanto, mais seletivos estão nas Universidades públicas, espera-se, em média, que estas selecionem os alunos mais bem preparados. Assim, para comparar a eficiência das instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas, a métrica mais apropriada é olhar o que adicionaram ao aprendizado do aluno a partir de suas notas no ingresso, via ENEM, e a prova de avaliação do Ensino superior, o ENADE.

### Desempenho no ENADE por tipo de instituição, 2013-2015

	Ciências sociais / humanas	Ciências exatas	Saúde, ciências agrárias, etc.
<b>Privadas</b>	2,08	1,84	1,93
<b>Privadas SFL*</b>	2,30	2,13	2,21
<b>Estaduais</b>	2,80	2,28	3,11
<b>Federais</b>	3,42	2,79	3,18
<b>Institutos federais</b>	3,23	2,49	2,99

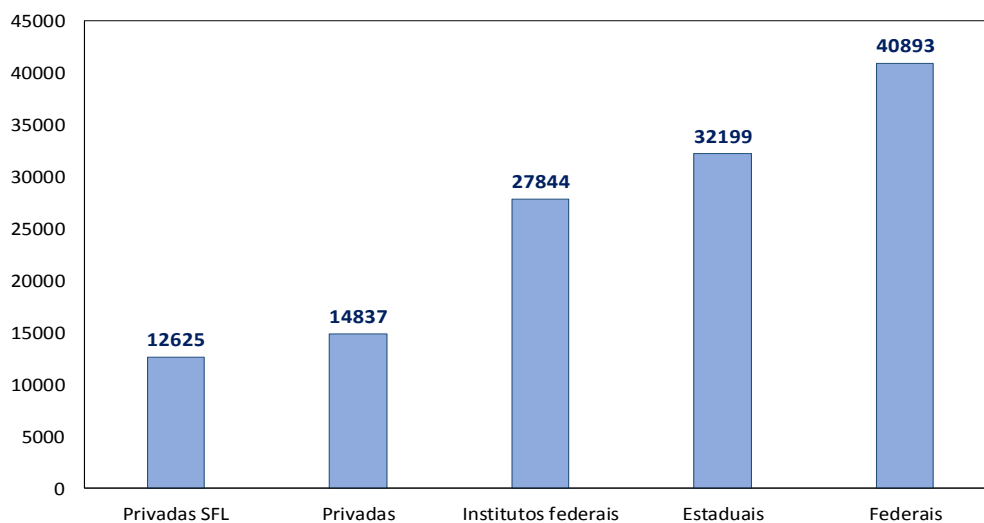
\* SFL: sem fins lucrativos. Fonte: BM (2017)

Gráfico 11: Valor adicionado por tipo de instituição de educação superior, 2013-2015



Fonte: BM (2017)

Gráfico 12: Custo médio por aluno da educação superior entre 2013 e 2015 (R\$ de 2016)



\*SFL: Sem fins lucrativos. Fonte: BM (2017)

Como mostram os gráficos 11 e 12, embora, em geral, a nota média no ENADE dos alunos de universidade e institutos federais seja superior à dos alunos das redes privadas, controlando-se pela

nota de ingresso, o valor adicionado dos cursos é praticamente igual, salvo nos institutos federais, onde o valor adicionado é ligeiramente superior. No entanto, os alunos nas universidades públicas brasileiras custam, em média, de duas a três vezes mais do que alunos matriculados em universidades privadas.

Ou seja, custa quase o triplo e gera praticamente o mesmo valor adicionado. A análise de eficiência realizada pelo Banco Mundial indica a existência de um alto nível de ineficiência, de tal forma que os mesmos resultados poderiam ser atingidos com cerca de 17% menos de recursos. As universidades privadas brasileiras tendem a ser mais custo eficientes do que as públicas. A metodologia utilizada pelo Banco Mundial, comparando o custo por estudante com o índice de valor adicionado do ENADE, estima que as universidades públicas são, na média, apenas 79% custo - eficientes. Isto é, seria possível obter o mesmo desempenho com cerca de 21% a menos de recursos.

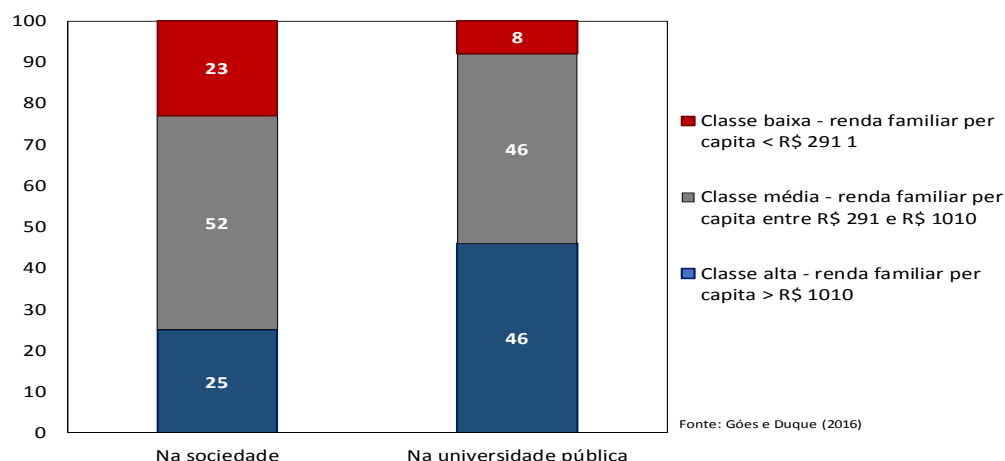
Segundo o BM, “*nossas estimações indicam que ao se tornarem mais eficientes, universidades e institutos federais poderiam economizar aproximadamente R\$ 10.5 bilhões por ano e ainda assim adicionar o mesmo valor que adicionam atualmente. Universidades estaduais poderiam economizar cerca de R\$ 2.7 bilhões por ano.*”

Um dos custos importantes embutidos nessa diferença certamente reflete, do ponto de vista do aluno, a gratuidade do ensino, que diminui, relativamente ao de uma IES paga, o custo de abandonar o curso antes de completá-lo e o maior tempo levado para concluir o curso. Segundo os dados do BM, a alta defasagem escolar tem início no ensino fundamental e prossegue até o ensino superior, o que resulta em um alto custo médio para formar um aluno. O Brasil possui uma taxa bruta de matrículas no ensino superior de 42%, muito acima da taxa líquida correspondente, de 16%. Isso indica que mais da metade dos estudantes brasileiros de ensino superior já deveriam ter concluído o curso, o que, no ensino público, se traduz em custo monetário ao Estado, mas não ao estudante. Além disso, no Brasil, 50% dos alunos que conseguem ter acesso ao ensino superior não completam o curso, 35% larga os estudos e 15% estão atrasados para obter o diploma.

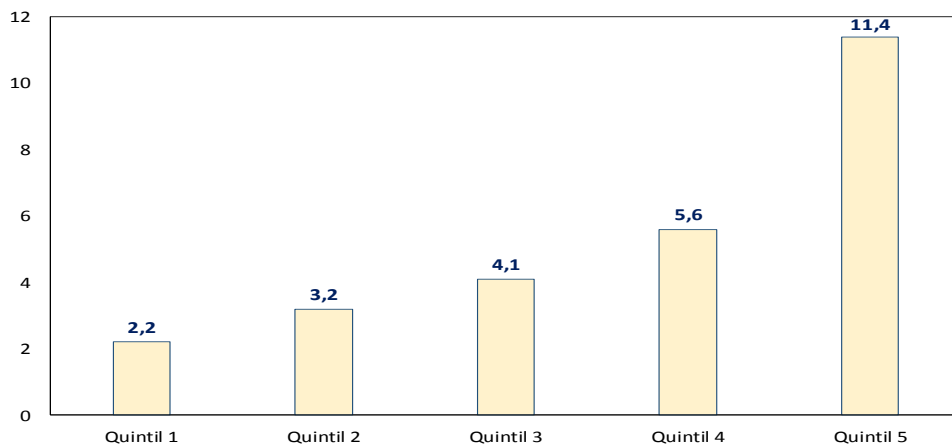
Não só o gasto público com ensino superior é elevado e ineficiente, mas é altamente regressivo, isto é, parte da tributação paga pela população como um todo é destinada a financiar o ensino de indivíduos que não estão nas camadas mais pobres. Ou seja, o pobre ajuda a financiar os estudos de quem, em geral, pode pagar.

Como já apontamos no início do texto, a expansão recente do ensino superior beneficiou mais os indivíduos de classe média e classe média alta e, embora tenha aumentado o acesso dos mais pobres, o retrato permanece injusto. Em 2002, **nenhum estudante universitário fazia parte dos 20% mais pobres da população e somente 4% integravam o grupo dos 40% mais pobres. Em 2015, aproximadamente 15% dos estudantes do ensino superior estavam no grupo dos 40% mais pobres**. Nas universidades federais, totalmente custeadas pelo Governo Federal, apenas 20% dos estudantes estão entre os 40% mais pobres da população. 65% estão entre os 40% mais ricos.

**Gráfico 13: Presença na sociedade (% da população total) e nas universidades públicas (% da pop. universitária), por classe social**

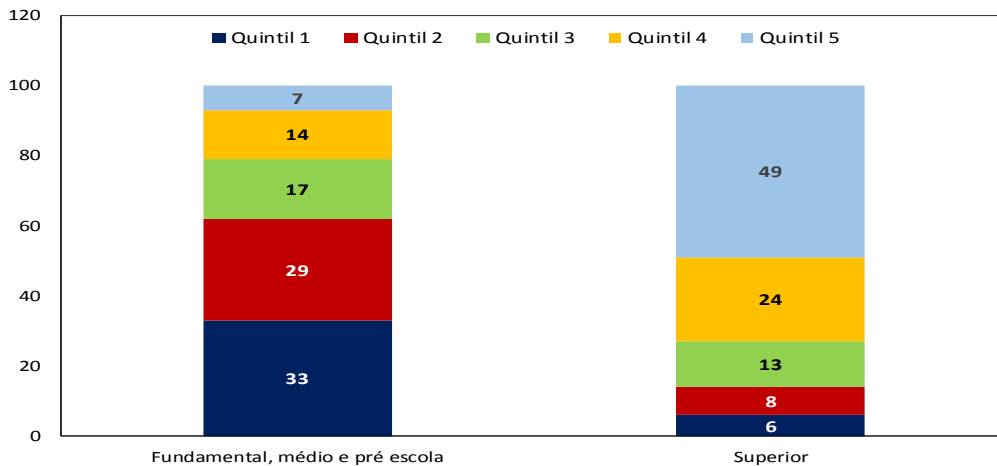


**Gráfico 14: Incidência de matrículas no ensino superior em universidades fererais, estaduais e municipais por quintil de renda per capita (%)\***



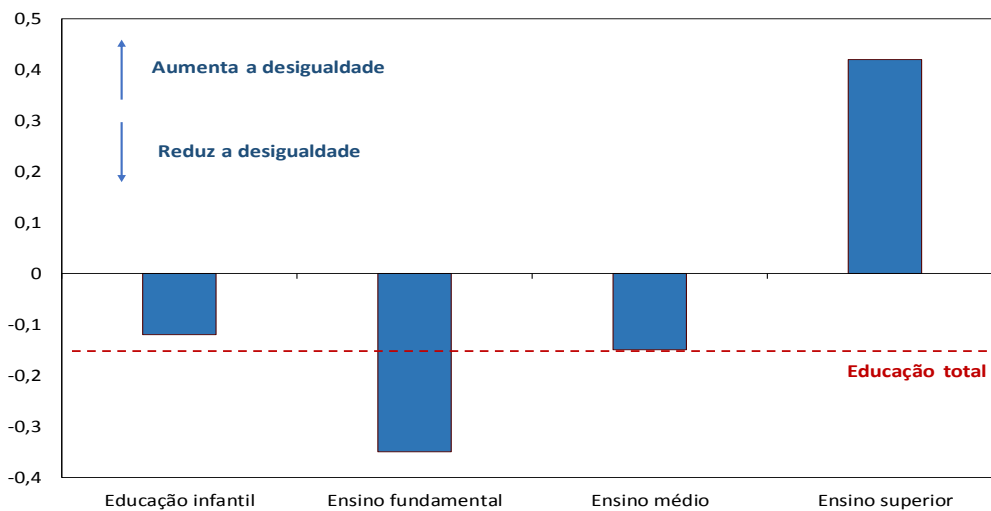
\*Percentual de indivíduos de 18-24 anos matriculados no ensino superior. Fonte: BM (2017)

**Gráfico 15: Parcela da despesa com educação por quintil de renda (%)**



Fonte: BM (2017)

**Gráfico 16: Gini das despesas com educação**



Fonte: BM (2017)

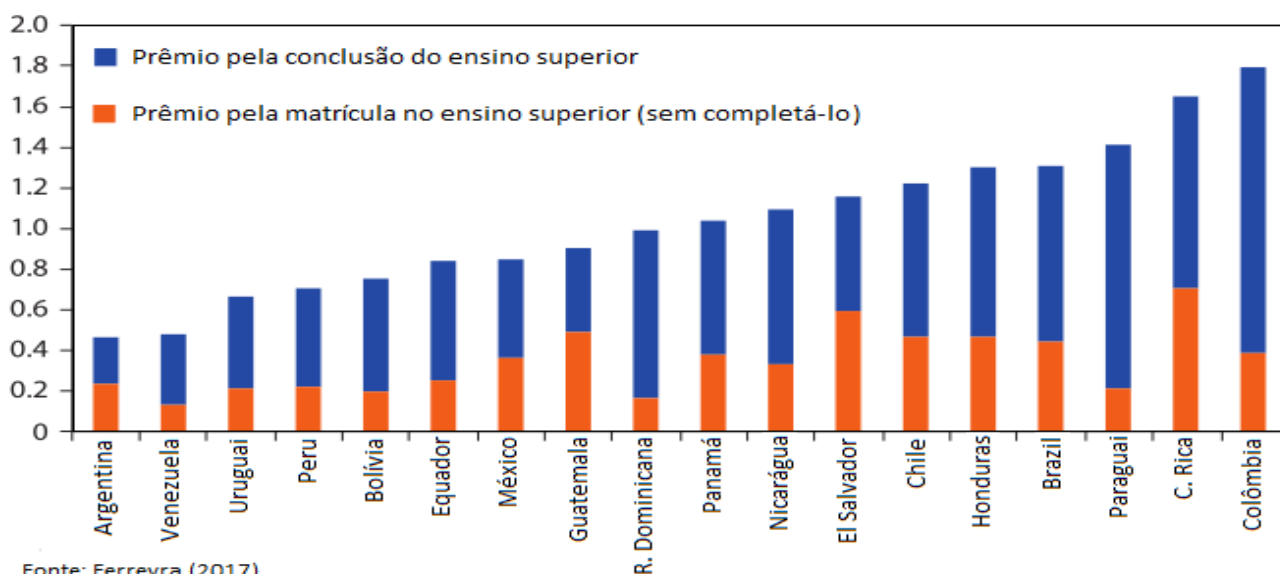
Note que a desigualdade de oportunidade surge muito antes, dada a registrada e conhecida (má) qualidade absoluta e relativa (ao ensino privado) dos ensinos fundamental e médio públicos aos quais têm acesso as camadas mais pobres da população. Isso cria uma defasagem adicional para o aluno

das camadas mais pobres terem acesso não só às Universidades mais concorridos, em geral, públicas, quanto as carreiras mais disputadas que, em média, têm correlação com uma renda mais alta no futuro. Assim, jovens de famílias mais ricas têm acesso a ensino superior gratuito com maior probabilidade que os mais pobres, financiado pela sociedade como um todo. Logo, é uma política pública que promove e perpetua a desigualdade de renda.

(e) *Pelo fim da gratuidade universal do ensino superior*

Os dados apresentados até aqui deixam muito claro a injustiça – e o alto custo – embutida nesse sistema. Os altos retornos do ensino superior no Brasil, tanto em termos absolutos quanto relativamente a seus pares, justificam que os estudantes paguem pela própria educação. Dentre os 18 países da América Latina e Caribe (LAC) analisados, o Brasil tem o 4º maior retorno à educação superior, 1,31, ou seja, 131% – 0,4 por curso incompleto + 0,91 por completar o ensino (média da LAC é de 104%).

**Gráfico 17: Retorno à educação superior, meados dos anos 2010s**



Além disso, dado que recursos são escassos e a precariedade do ensino básico e fundamental, da saúde pública e do acesso ao saneamento básico para as camadas mais pobres, parece que custear o ensino superior de quem pode pagar é, no mínimo, uma inversão de prioridades do Estado.

O BM traz algumas sugestões em seu relatório:

(i) Limitar os gastos por aluno aos níveis das universidades mais eficientes geraria uma economia imediata de 0,26% do PIB.

(ii) Introduzir um mecanismo de tarifas escolares, já que o ensino superior oferece altos retornos individuais aos estudantes e, com base em dados atuais, o acesso privilegia fortemente estudantes de famílias mais ricas.

(iii) Ampliar a atuação do Fies para incluir universidades federais, juntamente com um programa de bolsas de estudos gratuitas para os estudantes dos 40% mais pobres da população, por meio do programa PROUNI. Juntas, essas medidas melhorariam a equidade do sistema e gerariam uma economia para o orçamento federal de aproximadamente 0,5% do PIB.

A polêmica sobre a gratuidade do ensino superior não está restrita ao Brasil. A seguir, comentaremos dois exemplos distintos: o fim do ensino superior gratuito e seus impactos na Inglaterra, e o impacto da possível introdução da gratuidade universal no Chile. Um dos pontos centrais em ambos os casos corrobora uma questão fundamental discutida até aqui, qual seja, ensino superior gratuito não é pró pobre.

### **Evidências da Inglaterra**

Até 1998, as universidades públicas na Inglaterra não cobravam anuidade. Os alunos de baixa renda (e matriculados) poderiam se candidatar a algum tipo de bolsa e todo e qualquer aluno poderia obter um pequeno empréstimo governamental a ser pago após terminados os estudos. Nas décadas de 80 e 90 houve aumento da demanda por trabalhadores qualificados. O aumento da taxa de matrícula pressionava o orçamento público e a maior concorrência pelas mesmas vagas aumentavam a desigualdade no acesso das camadas mais pobres da população, em média com pior preparo para ingressar nas universidades.

A dependência total das instituições públicas de recursos do governo e a expansão da demanda reduziram o gasto por aluno e/ou limitavam o acesso, principalmente nas instituições menos prestigiosas. Além disso, como frequentemente acontece, a desigualdade de preparo pré ingresso no ensino superior fazia com que os maiores beneficiários do ensino gratuito fossem os jovens de famílias de classe média para cima. Além disso, ainda que a anuidade fosse gratuita, os custos de manutenção como alimentação, livros, transportes, continuavam a ser impeditivos para o acesso dos mais pobres, e o alto custo total para o governo não deixava recursos suficientes para subsidiar essa parcela da população.

Esses fatores, aliados à queda na qualidade do ensino, fizeram com que, a partir de 98, o sistema passasse gradualmente do que os ingleses chamam de gratuito com pouca ajuda financeira (“*no fee, low aid*”) para uma combinação (“*high fee, high aid*”). A anuidade inicial foi estabelecida a £ 1,000 e apenas os estudantes mais ricos tinham de pagá-la. O aumento foi faseado ao longo dos anos até o que é hoje um dos ensinos superiores mais caros do mundo.

Os detalhes das mudanças implementadas ao longo do percurso podem ser encontrados nas referências ao final do texto, mas a mudança fundamental foi que a partir de um certo ponto, os empréstimos aos alunos passaram a ser cobrados apenas após a conclusão do curso e os alunos também tinham acesso a empréstimos para custear as despesas relacionadas a seus estudos, o que deu liquidez aos estudantes, importante nessa fase da vida. Além disso, os empréstimos eram contingentes à renda (alguma fração da renda futura), o que permitiu que os alunos se financiassem através de seu futuro.

A reforma do sistema superior inglês recuperou o gasto por aluno, aumentou a taxa de matrícula, com a matrícula de jovens de famílias mais pobres crescendo à maior taxa. Liberou recursos públicos a serem direcionados a subsidiar quem realmente precisava, o que provavelmente explica o crescimento acelerado do ingresso desses estudantes no ensino superior.

### **Evidências do Chile**

Transformar a educação superior pública em “gratuita” tem sido um mote de campanhas eleitorais em diversos países, inclusive no Chile. A gratuidade completa do sistema não existe naquele país, mas o governo fornece bolsa de estudos com critérios de elegibilidade que combinam o mérito com a necessidade financeira. Há ainda a possibilidade de obtenção de financiamento educacional com garantia do governo para quem não obtiver bolsa de estudo. Os alunos se candidatam *online* à ajuda financeira preenchendo um formulário cujas informações serão cruzadas com os dados da Receita e serão usados para decidir, juntamente com o desempenho no ensino médio, no exame de admissão e no curso/universidade em que o aluno foi admitido, a cobertura da bolsa (que pode até ser integral).

As admissões no Chile se baseiam em uma combinação do desempenho escolar no ensino médio e a nota em um exame nacional de admissão que testa o desempenho em matemática, língua espanhola e uma escolha entre ciências ou história. Há dois tipos de sistema de admissão: o chamado centralizado, no qual participam 33 das 58 Universidades do país, dentre eles as mais seletivas, e respondem por 76% das matrículas, e o descentralizado, onde nem todas as instituições usam o exame de admissão e que engloba programas menos concorridos. Os programas do sistema centralizado custam, em média,

entre US\$1.000-3.000 a mais do que um programa típico, e o pior aluno a ingressar em um curso nesse sistema tem notas um desvio padrão acima da nota do aluno equivalente no sistema descentralizado.

Em um artigo recente, Alonso Bucarey utiliza dados do sistema de admissão chileno (histórico escolar, nota no exame de admissão), da renda da família, dentre outras características tanto do aluno do sistema para responder a pergunta do que aconteceria, principalmente com os alunos de renda mais baixa, caso a gratuidade completa fosse implementada no Chile. Usando variações ocorridas no Chile entre 2011-2015, como o relaxamento do critério de elegibilidade para bolsa e mudanças nos critérios de renda e nota, Bucarey desenvolve um modelo interessantíssimo para acomodar as principais características do sistema chileno e uma estratégia empírica inteligente chamada de *regression discontinuity design (RDD)* para, a partir dos dados correntes e das alterações geradas por mudanças anteriores no sistema, mapear o impacto de uma política de acesso universal gratuito.

O resultado é contra intuitivo e o mecanismo é análogo ao que pode gerar o fenômeno de *crowding out* descrito na macroeconomia, quando o governo pratica uma política fiscal expansionista através de endividamento, que acaba elevando a taxa de juros e reduzindo o investimento privado, desestimulando a economia e obtendo um resultado contrário ao pretendido.

No caso do mercado analisado, o que acontece é que, dado que a capacidade das universidades é mais ou menos fixa, o aumento na demanda leva à elevação das notas de corte de admissão. Uma vez que os alunos têm preferências tanto com relação aos programas e suas características, quanto ao que estão dispostos a pagar pela educação universitária, em equilíbrio, os alunos de renda mais baixa acabam sendo deslocados pelos alunos de classe média que agora, com a possibilidade de maior “ajuda” monetária, estão dispostos a se candidatar às vagas nas universidades mais concorridas. Segundo as estimativas do artigo, (i) os programas com um desvio padrão a mais na proporção de alunos de baixa renda no período pré gratuidade completa experimentam um nota de corte 0,7 desvios superior que a anterior, o que resulta em uma queda 10% na proporção de alunos de baixa renda; (ii) a gratuidade completa cria um excesso de demanda de cerca de 36%; (iii) os alunos de baixa renda acabam ou alocados a universidade de pior qualidade ou em universidade nenhuma; (iv) cerca de 13% dos alunos entre os 40% mais pobres da população são deslocados de programas que fazem parte do sistema centralizado e cerca de 5% deles ficam simplesmente fora do sistema após a introdução da política de gratuidade total. (v) na análise de bem estar realizada, há uma perda de algo entre US\$3.000-6.000 para o estudante de baixa renda e um ganho de US\$0-1.500 para os mais ricos. Utilizando dados sobre a renda média de indivíduos já formados e atualmente no mercado de trabalho, haveria uma perda anual de renda para o estudante de baixa renda de cerca de US\$ 600, contribuindo para aumentar a desigualdade de renda.

### **Considerações finais**

Assumindo a premissa de que o Estado deve estar envolvido também na provisão de educação superior em uma país tão pobre e com serviços básicos de qualidade tão precária na educação básica e fundamental, saúde e saneamento, então parece claro pelo exposto anteriormente que há de se cobrar de quem pode pagar pelo serviço de forma a ampliar o acesso e os incentivos a quem precisa. Além disso, como indicam os dados apresentados e como é o caso em outros setores da gestão pública brasileira, é preciso insistir na promoção da eficiência do sistema. Não existe nenhuma razão para crer ser natural que o sistema público entregue o mesmo resultado do privado, ao triplo do custo.

Há de se compreender, também, que cursar uma universidade representa não só um custo monetário, mas também um custo de oportunidade. Nesse sentido, a expansão do acesso a cursos técnicos e profissionalizantes pode ampliar e facilitar, do ponto de vista individual, a internalização dos custos e benefícios de cada sistema, evitando a alta evasão escolar que ainda se mantém no nível universitário.

Existem várias formas de fazê-lo, quer através de mecanismo inteligente nos moldes do que foi feito na Inglaterra, que através da expansão do acesso ao financiamento relativamente barato e da provisão de liquidez aos estudantes, deu os incentivos corretos aos ingressantes, obtendo bons resultados. A cobrança da anuidade de quem pode pagar também permite uma gama de destinos para os recursos

arrecadados, como a criação de fundos de bolsas, o investimento na qualidade das políticas de acesso ao ensino superior, aumentando a chance não só de acesso para os mais pobres, mas que eles sejam capazes, uma vez matriculados, de competir com os alunos mais bem preparados.

Como vimos, o investimento público em educação superior no Brasil foge aos padrões tanto de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Partindo-se do (já discutível) princípio de que o governo deve financiar esse nível educacional, há uma discussão implícita importante sobre a melhor forma de fazê-lo.

O raciocínio é bastante simples. Se há um retorno relevante ao investimento em educação superior e se os indivíduos oriundos de famílias mais pobres não conseguem ter acesso à Universidade (e, dentro dela, às carreiras mais competitivas) por conta da desigualdade criada pelo Governo, na origem, ao não proporcionar acesso à educação básica e aos ensinos médios e fundamental de qualidade, então trata-se de uma política pública claramente regressiva. Essas características ficam à margem do debate que parte da falsa premissa de que o ensino superior gratuito é uma política pró-pobre. Talvez, de posse dos fatos concretos, seja fácil convencer a população quem, de fato, perde com a falta de focalização de uma política pública como esta.

## Referências

Alonso Bucarey. *“Who Pays for Free College? Crowding Out on Campus”*, MIT Economics Department, job market paper, nov/2017.

Banco Mundial. *“Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”*, Banco Mundial, novembro/2017.

Ferreyra, M. M., Avitabile, C., Álvarez, J. B., Paz, F. H. e Sergio Urzúa. *“At a Crossroads: Higher Education in Latin America and the Caribbean”*, Directions in Development, World Bank, 2017.

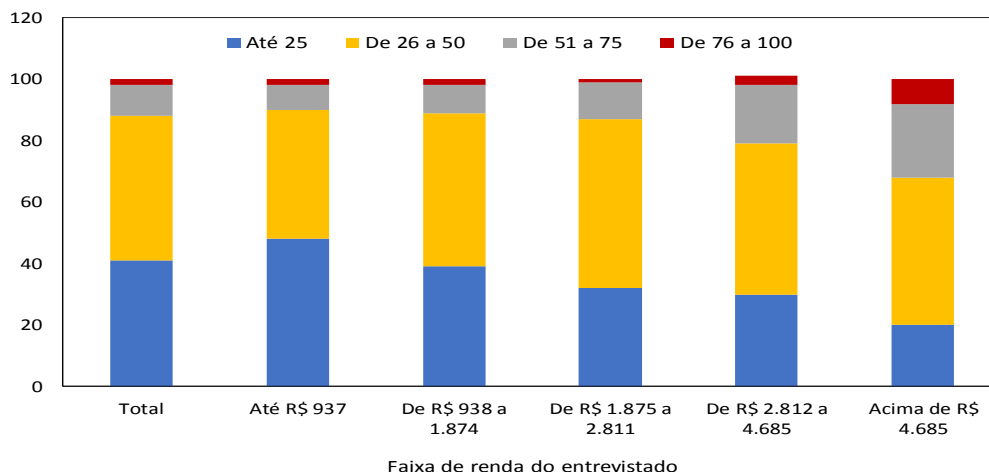
Góes, C. e Daniel Duque. *“Como as Universidades públicas no Brasil perpetuam a desigualdade de renda: fatos, dados e soluções”*, Brasil: Economia e Governo, mai/2017.

Ministério da Fazenda. *“Diagnóstico Fies”*, jun/2017.

Murphy, R., Scott-Clayton, J. e Gill Wyness. *“Lessons from the end of free college in England”*, Brookings Evidence Speaks Reports, abr/2017.

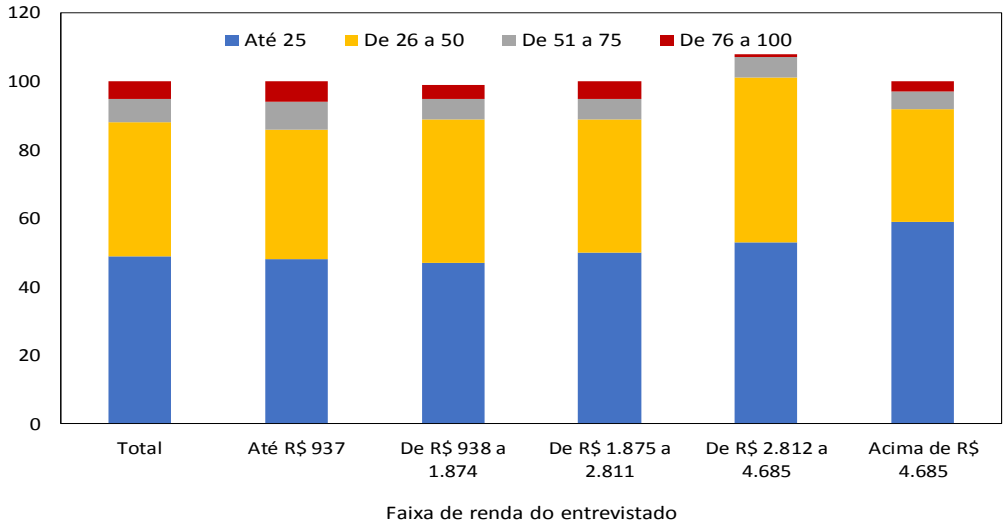
## Apêndice

**Gráfico A1: Em uma escala de 0 (muito pobres) a 100 (muito ricos), em que posição você se colocaria**

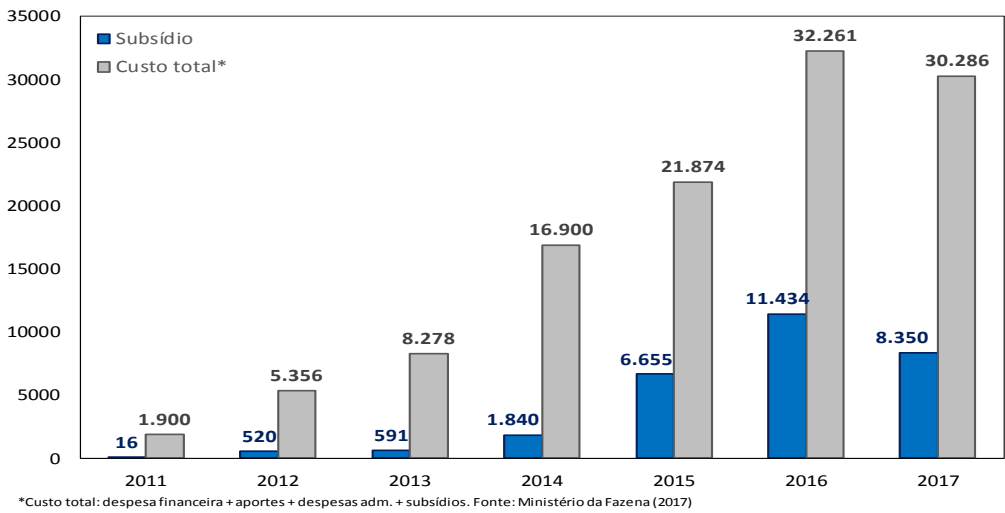


Fonte: FSP

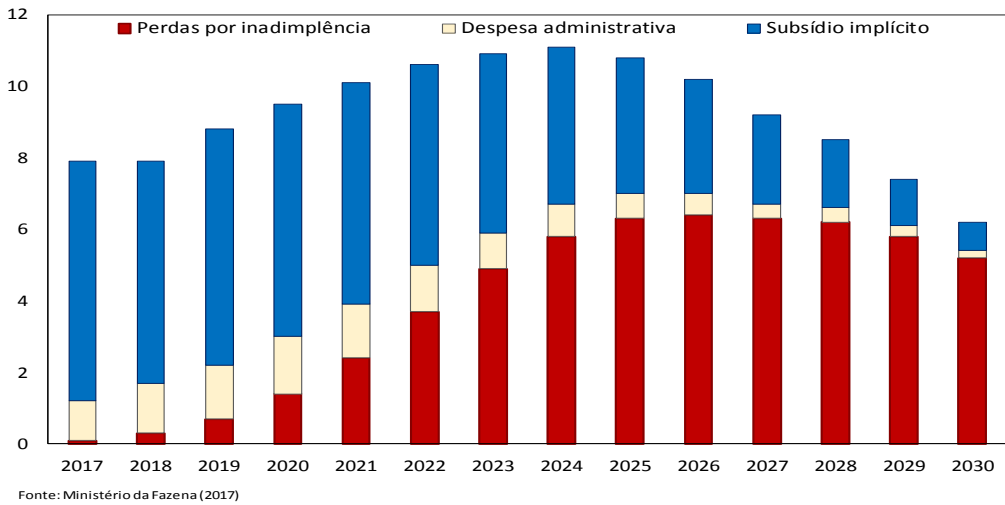
**Gráfico A2: Em uma escala de 0 (muito pobres) a 100 (muito ricos), em que posição você colocaria a maioria da população brasileira?**



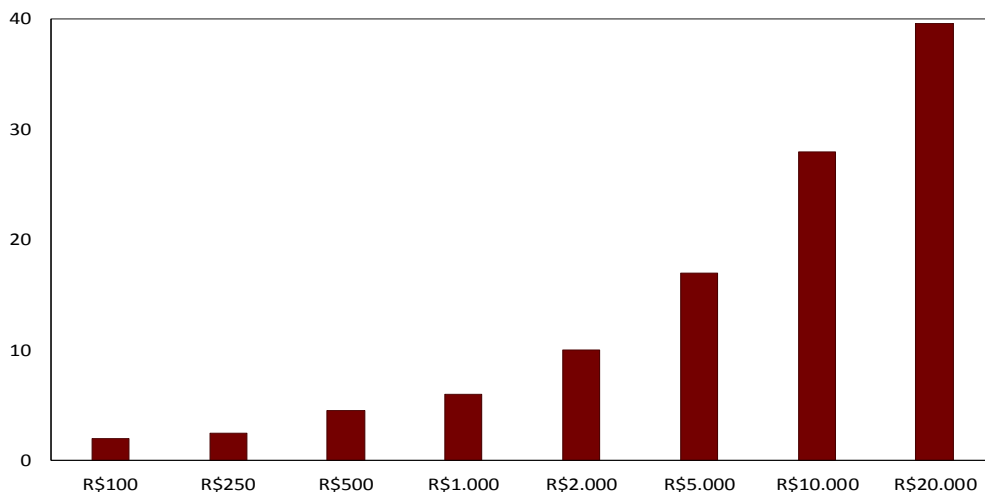
**Gráfico A3: Subsídio implícito e custo total do Fies (R\$ milhões)**



**Gráfico A4: Impacto do Fies sobre o patrimônio público (R\$ bilhões de 2016)**



**Grafico A5: Probabilidade do jovem estudar em uma universidade pública, por renda familiar per capita (mensal) média**



Fonte: Góes e Duque (2016)

(\*) **Patricia Stefani** Mestre em Economia pela Universitat Pompeu Fabra e em Estatística pela Columbia University. Contato: [patricia.stefani@gmail.com](mailto:patricia.stefani@gmail.com)



## Taxa de câmbio e crescimento econômico

(\*) **Akihiro Ikeda**

### 1. Taxa real de câmbio competitiva e estável

Existem controvérsias sobre o alcance da taxa de câmbio no desenvolvimento econômico dos países não industrializados. Alguns economistas advogam uma política cambial ativa para alavancar e acelerar o desenvolvimento. Outros são menos entusiastas, alguns até meios céticos. Em artigo recente, Martin Guzman, Jose Antonio Ocampo e Joseph E. Stiglitz, professores da Universidade de Columbia, discutem alguns aspectos do papel que a taxa de câmbio real pode desempenhar no processo econômico.<sup>4</sup>

Os autores apontam que muitos países em desenvolvimento, particularmente da África e da América do Sul, têm elevada dependência da agricultura e da exportação de recursos naturais, como petróleo e minerais, resultando numa taxa de câmbio não competitiva. A estrutura produtiva é pouco diversificada, sujeitando-se às volatilidades e às vulnerabilidades decorrentes das flutuações de preços no mercado mundial. Políticas macroeconômicas podem minimizar esses efeitos. Porém, duas questões permanecem: a) a pouca quantidade de mão de obra que esses setores utilizam, e b) são setores que fornecem pouco aprendizado que possa ser transmitido para trabalhadores de outros setores (“*low learning spillover*”).

Política cambial, complementada por política industrial tradicional, que resulta em taxas cambiais reais, múltiplas e competitivas altera a vantagem comparativa com efeitos positivos sobre o crescimento (taxas reais múltiplas de cambio resultam pela introdução de medidas específicas de política industrial, não se tratando da taxa múltipla de câmbio que o FMI desaprova). A taxa real de câmbio deve ser ainda

<sup>4</sup> “*Real Exchange Rate for Economic Development*”, NBER Working Paper 23868, set/2017.

estável porque a instabilidade é fonte de incerteza para a produção de bens comercializáveis, tanto para a exportação como para a substituição de importação, desencorajando investimentos nesses setores.

Qualquer política que transfere fatores de produção para atividades com externalidade positiva (*“learning spillover”*) resulta em aumento do bem-estar. Identificadas essas atividades o uso de um conjunto de subsídios para estimulá-las poderia constituir uma política ótima. O problema é que a sua efetivação encontra resistências internas e externas. A alternativa é utilizar a política cambial como a segunda melhor escolha. A taxa de câmbio, embora seja uma variável endógena, e não um instrumento direto de política, pode ser administrada através dos instrumentos efetivos de política.

Câmbio real, competitivo e estável, aumenta a rentabilidade de setores comercializáveis (*“tradables”*) e favorece também a consolidação das “indústrias nascentes”. Na realidade, a intervenção corrige ainda as imperfeições do mercado que nos países em desenvolvimento produzem situações sub ótimas inibindo a expansão de setores com potenciais de crescimento capazes de gerar fortes externalidades. Entretanto, os autores advertem para: a) necessidade de combinar a política cambial com outras políticas industriais; b) o direcionamento dos estímulos da taxa de câmbio para os setores certos, aqueles com maiores externalidades positivas; c) a existência de “trade-off” que a política a ser implementada impõe sobre o país; e d) as implicações internacionais.

A taxa de câmbio competitiva deve ser complementada por políticas industriais tradicionais quando constatar, por exemplo, escassez de crédito, dificuldades de acesso à tecnologia e à inovação, gargalos de infraestrutura, educação falha, treinamento insuficiente da mão de obra, deficiência em R&D, etc. Esses problemas devem ser corrigidos para melhorar a competitividade dos setores capazes de produzir os objetivos almejados, os *“learning spillovers”*.

A segunda advertência é de fácil compreensão. Ao se adotar uma taxa cambial real competitiva, setores que utilizam recursos naturais, e assim possuem vantagens comparativas, ampliam mais os ganhos, com benefícios limitados para os demais setores. A medida indicada seria a taxação para eliminar essa superveniência inesperada. Canalizar apenas o câmbio competitivo para os setores que se deseja estimular é a política correta.

A terceira advertência (“trade off”) apresenta duas facetas: 1) a implementação de uma taxa cambial real competitiva implica na elevação de preços em moeda local dos bens *“tradables”*, ou seja, implica em salários reais menores no presente com o objetivo de obter salários reais mais elevados no futuro, e 2) existe a questão distributiva, nem todos os setores da sociedade arcam com o mesmo “preço” no presente para alcançar um crescimento econômico maior no futuro.

Em relação às implicações internacionais cabem duas observações: 1) a adoção de uma política ativa de câmbio pode resultar em externalidades negativas para outras economias, e 2) se muitos países adotarem essa política o efeito conjunto seria bastante limitado.

## **2. Taxa de câmbio, exportação e crescimento**

### *i) A experiência dos países emergentes da Ásia*

É incontestável que na maioria dos países emergentes da Ásia (alguns já bem industrializados como Coreia e Taiwan) as políticas de estímulo à exportação e à diversificação da estrutura industrial foram importantes fatores de seu sucesso econômico. Takashi Nohara<sup>5</sup> recorda que na Ásia a mudança de orientação da política de substituição de importações para a promoção de exportações ocorreu relativamente mais cedo quando comparada à América Latina. Os países da Ásia ainda se encontravam em estágios menos desenvolvidos.

---

<sup>5</sup> *“Development Strategies in East and Southeast Asia: An Impressionistic View for Comparative Studies”*, Institute of Development Economics (IDE), JRP series 67, 1988.

As políticas voltadas para a exportação começaram na década de sessenta, principalmente na Coreia e em Taiwan; na década de setenta na Tailândia e Malásia, para mencionar apenas países com certa dimensão populacional. Prosseguiu nas décadas seguintes na maioria dos países da região. Algumas causas que explicam as mudanças na política econômica foram: a) pobres em recursos naturais não podiam contar com a exportação de produtos primários; b) pequena dimensão do mercado interno dificultava a expansão industrial de produtos que pudessem se beneficiar das economias de escala; e c) a ajuda americana que tinha sido uma importante fonte de dólares estava se definindo. Era essencial buscar o mercado externo para garantir os recursos para sustentar o desenvolvimento.

O autor cita as principais medidas adotadas para estimular as exportações: a) facilitar o investimento estrangeiro direto em áreas selecionadas, principalmente na produção de bens intensivos de mão de obra de acordo com o princípio da vantagem comparativa; b) importação de matérias primas necessárias para exportação isenta de tarifas; c) estabelecimento de áreas de processamento de exportações sem, no entanto, alterar de maneira drástica a estrutura tarifária, pois, tanto a Coreia como Taiwan iniciavam a substituição de importações na indústria pesada e na indústria química; e d) ajustamento da taxa de câmbio, então valorizada, para um “nível realístico”.

**Tabela 1. Taxa anual de crescimento do PIB real (%)**

	1950/60	1960/70	1970/80
<b>Taiwan</b>	7,6	9,6	9,2
<b>Coreia</b>	5,1	8,6	9,0
<b>Malásia</b>	3,6	5,1	6,2
<b>Tailândia</b>	5,7	8,4	7,2

Fonte: FMI.

ii) *A experiência brasileira*

A história econômica dos países asiáticos, que nas décadas de sessenta e setenta decidiram por uma política voltada para fora (“outward looking”) sem, no entanto, abandonar de todo a substituição de importações (“inward looking”), principalmente de setores mais intensivos em tecnologia, faz lembrar algo semelhante que o Brasil vivenciou. A instituição em 1968 do regime de minidesvalorizações cambiais, assegurando uma estabilidade da taxa real de câmbio em relação ao dólar, foi o marco inicial para promover as exportações. Estímulos fiscais e financeiros, facilidades de importação de matérias primas e de equipamentos vinculados à exportação, e o reaparelhamento de setores intensivos de mão de obra (têxtil, calçados e móveis) compunham o conjunto inicial de medidas. A forte expansão das exportações diversificou e modernizou o parque industrial. E, de importância decisiva, garantiu o financiamento da crescente demanda por importação gerada pelo intenso crescimento econômico.

**Tabela 2. Brasil - taxa anual de crescimento do PIB real (%)**

	1953/62	1962/67	1967/74	1974/82
<b>Substituição de importações</b>	8,0	-	-	-
<b>Esgotamento do modelo</b>	-	3,5	-	-
<b>Promoção de exportações</b>	-	-	10,7	-
<b>Da 1<sup>a</sup> à 2<sup>a</sup> crise do petróleo</b>	-	-	-	4,7

Fonte: FMI.

Nos anos que se seguiram a exportação manufatureira foi colocada em segundo plano. Os enfrentamentos das crises do balanço de pagamentos e da inflação crescente tiveram elevada prioridade. Uma vez saneados esses graves problemas era de se esperar também apoio à exportação para intensificar o crescimento. Nem de longe pensar em repetir os estímulos fiscais concedidos no passado, mas em se alinhar às transformações industriais e comerciais que ocorriam no cenário mundial.

No entanto, o que se assistiu foi um país com crescimento econômico modesto e um setor industrial acuado por manufaturas de países emergentes, principalmente de origem chinesa, que tomaram o lugar dos produtos nacionais no mercado interno e no mercado externo. A produção local foi perdendo competitividade com a estrutura produtiva se envelhecendo por falta de motivação, de inovação e de investimento. Perdeu-se a oportunidade de continuar a participar ativamente no mercado mundial de manufaturados, aquele que mais cresceu depois da II Guerra quando comparado com a agricultura e a mineração. De 1962 a 2014 a exportação mundial de manufaturados, em quantum, multiplicou 30,2 vezes, a de produtos agrícolas 5,4 vezes e a de combustíveis e minerais 4,8 vezes. Pior, nos últimos 30 anos a participação da exportação de produtos manufaturados do Brasil na exportação mundial de manufaturados decresceu em 1/3. Os diversos programas industriais que os governos executaram nos últimos anos não surtiram nenhum efeito.

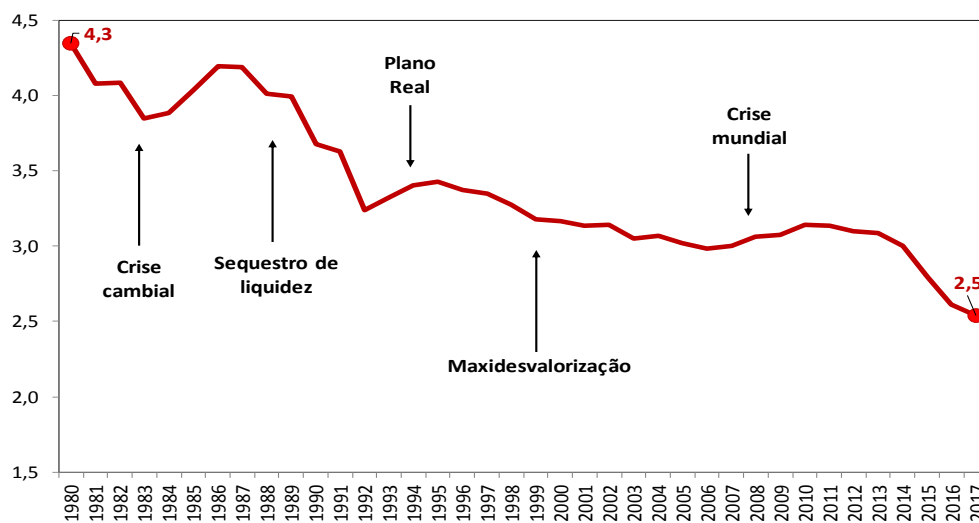
Aparentemente, partiu-se de um diagnóstico incompleto. Para o sucesso desses programas faltou a principal condição, uma taxa de câmbio real competitiva e estável. A tabela e os gráficos mostram a desconfortável situação dos últimos anos.

**Tabela 3. Brasil - taxa anual de crescimento do PIB real (%)**

	1982/1995	1995/2017
<b>Crise cambial, desequilíbrio monetário e fiscal</b>	2,7	-
<b>Inflação baixa, tributos e dívida pública em ascensão</b>	-	2,3

Fonte: FMI.

**Gráfico 1: Participação do PIB do Brasil no mundo (% PPP)**



Fonte: FMI WEO database

(\*) **Akihiro Ikeda** - foi funcionário do banco América do Sul; economista da comissão interestadual da bacia Paraná Uruguai; secretário executivo do conselho de política aduaneira do Ministério da Fazenda; chefe da coordenadoria econômica do Ministro da Agricultura; secretário especial de assuntos econômicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República; presidente da diretoria executiva do Hospital Santa Cruz; presidente do conselho deliberativo do Hospital Santa Cruz; e professor assistente de estatística econômica e econometria da FEA/USP.



## Notas Diversas

### Notícias do Brasil

#### 1. Aviação agrícola

A revista Agroanalysis da FGV (novembro de 2017) comenta a evolução da aviação agrícola nacional que fez 70 anos. É a segunda maior frota do mundo, somente inferior à dos Estados Unidos cuja frota seria da ordem de 10 mil aparelhos. A tabela mostra o aumento da nossa frota nos últimos anos.

##### Brasil: aeronaves agrícolas

	Nacionais	Importados	Total
2000	729	231	960
2002	781	248	1.029
2004	863	1.029	1.892
2006	864	1.211	2.075
2008	948	1.216	2.164
2010	1.021	1.447	2.468
2012	1.133	1.560	2.693
2014	1.220	1.811	3.031
2016	1.249	2.007	3.258

Fonte: Agroanalysis.

#### 2. Previsão do clima e da produtividade agrícola

A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) lançou em 2016 o Sistema Tempo Campo que oferece aos produtores a projeção do clima e a possibilidade de antever os efeitos sobre a produtividade futura. Inicialmente foi possível prever cenários futuros para a cultura de cana de açúcar para uma amostra de usinas, porém em 2017 conseguiu-se ampliar para a cultura de soja. Semanalmente o sistema emite boletins com as condições meteorológicas, incluindo temperatura, chuva, evapotranspiração, umidade do solo e radiação solar, que permitem à biometria digital, um dos produtos da ferramenta, comparar as curvas de crescimento da safra em curso com dados históricos e gerar projeções futuras de produtividade e de produção. Está em desenvolvimento um aplicativo que vai possibilitar o acesso ao Sistema por meio de celulares.

#### 3. A geopolítica e o agronegócio

Sarah Theurich é especialista em análise de riscos políticos da *GeoEconômica* uma consultoria em geopolítica com sede em Genebra. Concedeu uma entrevista para a revista Agroanalysis da Fundação Getúlio Vargas (outubro de 2017). O Brasil ao se tornar importante no cenário mundial como produtor e consumidor de insumos relacionados ao agronegócio, um “global player”, necessita de incorporar cenários e riscos geopolíticos às decisões estratégicas desse setor, diz Theurich. “A geopolítica mostra como mudanças nas relações de poder internacionais afetam determinadas regiões do mundo. Isso ajuda no entendimento sobre riscos geopolíticos e políticos que afetam o ambiente de negócios”.

#### 4. Inauguração de frigorífico de peixes no Paraná

O Estado do Paraná é o maior produtor de peixe em cativeiro. A principal espécie de água doce é a tilápia que neste ano pode ultrapassar 100 mil toneladas. A Cooperativa C. VALE inaugurou há dois meses em Palotina um frigorífico para abater inicialmente 75 mil tilápias/dia podendo atingir 600 mil no futuro. A fábrica pode produzir ainda até 200 toneladas diárias de rações para peixes.

## **Frigorífico de peixes da C. Vale**



Fonte: Sistema FAEP, Boletim Informativo, Ano XXV no. 1410, out/2017

### **5. Tecnologia valoriza o agricultor e aumenta a produtividade**

“Bytes”, “megabytes”, “start up” e outros processos tecnológicos estão chegando ao campo para melhorar a gestão da propriedade, ajudar a aumentar a produtividade e reduzir os custos. Por enquanto as empresas de tecnologia é que estão mais animadas alimentadas pelas perspectivas de grandes negócios no futuro próximo. Um efeito bastante positivo do avanço tecnológico é o interesse que ele vem despertando na geração mais nova na administração da propriedade, constituindo-se como meio de manter a sucessão familiar. Os jovens estão melhor preparados do que os pais e os avós.

### **6. Reforma trabalhista é bem-vinda para a agricultura**

As novas regras vão refletir de forma positiva na produção agropecuária, avaliam os produtores, pois atendem mais a realidade do campo. Ela traz maior segurança e transparência nas contratações e nas relações de trabalho. O produtor se sentirá mais seguro em contratar mão de obra temporária, fracionar férias, jornadas de trabalho e horas de descanso mais longas, etc. É o consenso dos produtores.

### **7. Recuperação de terras degradadas**

O município de Cristalina, no Estado de Goiás, fica há pouco mais de 100 quilômetros de Brasília. Terras degradadas e baratas, próximas da Capital e cidades circunvizinhas que estão se expandindo, atraíram famílias de Minas e do sul do país. Graças às técnicas inovadoras para melhorar o solo e combater os efeitos das intempéries essas terras estão sendo bem aproveitadas para cultivo, relata Renée Pereira na edição especial do Summit Agronegócio de 2017 do “O Estado de São Paulo”.

A região produz soja, milho, trigo, café, hortaliças e frutas. É o maior produtor de alho e o segundo maior produtor de cebola e batata. A irrigação tem sido um importante fator de desenvolvimento. Ela já é praticada de maneira bastante intensa. Para tanto, conta com 150 barragens no município. Como ainda existe muita área que pode ser irrigada uma das preocupações é evitar o desperdício de água.

Cristalina tem duas vantagens: uma altitude relativamente alta de 1200 metros e uma amplitude térmica que varia entre 15 graus (à noite) e 30 graus (de dia), condições propícias para diversas culturas. Pode-se acrescentar que sendo uma área de cerrado de cultivo relativamente nova é menos sujeita a pragas.

É um exemplo de uma região que está transformando áreas degradadas em ricas áreas de elevada produtividade.

## 8. Custo de produção de grãos: Brasil, Argentina e Uruguai

Estudo comparativo realizado pela FARSUL em parceria com o Instituto de Planejamento Tributário mostra que os custos de produção são maiores no Brasil quando comparados com a Argentina e o Uruguai na maioria dos casos.

### Custo de produção no Brasil, na Argentina e no Uruguai (US\$ por hectare)

	1. Brasil	2. Argentina	3. Uruguai	Varição % 1/2	Varição % 1/3
<b>Arroz</b>	1705	1126	1376	+ 51	+ 24
<b>Milho</b>	930	599	n/c	+ 55	-
<b>Soja</b>	847	335	520	+ 153	+ 64
<b>Trigo</b>	552	388	575	+ 42	- 4

Fonte: FARSUL. Câmbio: R\$ 3,49/US\$

O trabalho não entra na questão da produtividade da terra. Enfatiza que o custo de cultivar um hectare de grão é mais elevado no Brasil porque os preços de insumos e equipamentos são mais altos em virtude de maior carga de impostos. No Brasil fertilizantes e agroquímicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas) tem carga de 20,11%; e tributos sobre máquinas e equipamentos variam de 26,75% a 30,12%. De uma perspectiva diferente tem-se a seguinte carga tributária:

### Carga de impostos no custo operacional por fases de produção (%)

	Arroz	Milho	Soja	Trigo
<b>Insumos</b>	22,91	23,13	23,06	22,84
<b>Serviços agrícolas</b>	32,28	33,09	32,79	28,18
<b>Manutenção e distribuição</b>	38,70	33,91	27,36	35,83
<b>Colheita</b>	35,83	35,83	35,83	32,36
<b>Total</b>	30,26	27,10	27,05	26,21

Fonte: FARSUL.

## Notícias do Japão

### 1. Toyota prevê lucro líquido recorde para o ano fiscal

A maior montadora do Japão espera um lucro líquido de 2,4 trilhões de ienes (\$22 bilhões de dólares) para o ano fiscal a se encerrar em março de 2018, acima da estimativa feita em novembro de 1,95 trilhões de ienes. A previsão de vendas no ano é de 29 trilhões de ienes, acima da projeção anterior de 28,5 trilhões.

Os lucros foram resultado de vários fatores, incluindo um iene mais fraco, os cortes de impostos dos EUA e as medidas de redução de custos da empresa.

A Nissan e seu parceiro chinês de joint venture anunciaram um plano de investimento \$9,5 bilhões de dólares na China para aumentar as vendas anuais em 1 milhão de veículos e impulsionar a produção de automóveis elétricos.

A Nissan vendeu 1,5 milhões de veículos na China no ano passado, e disse que planeja vender 2,6 milhões veículos em 2022, com uma receita esperada de \$47,6 bilhões de dólares.

O plano de expansão inclui 20 novos modelos de veículos, com 30 por cento de suas vendas totais compostos de veículos elétricos e de novas energias.

## **2. Japão faz mudanças de visto para empreendedores**

Como parte do pacote de política econômica do primeiro-ministro Shinzo Abe, conhecido como "Abenomics", o Japão estabeleceu um alvo para investimento estrangeiro direto (IDE) anual de ¥35 trilhões de ienes em 2020. Para atingir esse objetivo, o país deve tornar-se não só um mercado mais desejável, mas também um lugar mais fácil para não-japoneses conduzirem negócios.

Atrair startups é uma parte chave do plano, e em abril/2015 medidas foram tomadas para tornar mais fácil a criação de um negócio.

Anteriormente, aqueles que viviam no exterior e que queriam ir para o Japão e começar uma empresa enfrentavam um beco sem saída. Para obter um visto, era necessário primeiro registrar uma empresa. Mas para registrar uma empresa, era necessário obter um visto de negócios e ter residência no Japão.

Para resolver este dilema, um programa de visto para startup foi disponibilizado para aqueles que desejam criar loja nas Zonas Especiais Estratégicas Nacionais de Tóquio e Fukuoka. Este visto dá a empresários seis meses para estabelecer o seu negócio e pode ser renovado se uma das duas condições forem atendidas: ¥5 milhões forem investidos na empresa ou dois empregados a tempo integral forem contratados.

## **3. Fujifilm vai assumir a Xerox em negócio de \$6,1 bilhões de dólares**

Fujifilm Holdings do Japão se prepara para assumir a Xerox Corp em um negócio de \$6,1 bilhões de dólares, combinando a empresa dos EUA em sua joint venture existente para ganhar escala e cortar custos em meio a diminuição da procura por impressão em escritórios.

A aquisição anunciada recentemente é resultado da pressão sobre a Xerox para encontrar novas fontes de crescimento, uma vez que luta para reinventar seu negócio em meio à diminuição da procura de impressão. A Fujifilm também está tentando agilizar seu negócio de copiadora com um foco maior em serviços de soluções de documentos.

A consolidação de P&D e outras operações permitiria que a Fuji Xerox reduzisse em pelo menos \$1,7 bilhões o custo total em 2022, disseram as duas empresas.

## **4. Fujitsu negocia a venda da unidade de telefonia móvel, marcando a redução da presença japonesa**

Fujitsu Ltd informou que está em conversação sobre a venda de seu negócio de telefonia móvel para o fundo de investimento Polaris Capital Group, tornando-se o mais recente fabricante de eletrônicos japoneses a se retirar do sector.

A venda, se concretizada, deixaria apenas três empresas japonesas de eletrônica - Sony Corp, Sharp Corp e Kyocera Corp - em um mercado global dominado pela Apple, Samsung e rivais chineses de produtos baratos.

Por volta do ano 2000, havia mais de 10 grandes empresas japonesas de telefonia celular produzindo telefones, incluindo NEC Corp e Toshiba Corp. Mas a maioria tem se retirado do negócio, pela ascensão meteórica da Apple e Samsung.

Os fabricantes domésticos falharam em ganhar presença global pela excessiva dependência do lucrativo mercado doméstico, que lhes deu pouco incentivos para mudar seus formatos de telefone móvel adaptados ao Japão e para expandir no exterior.

O aumento de produtores de componentes de baixo custo, também tornaram mais fácil para rivais chineses, de preço competitivo, entrar no mercado.

## **5. Casos de fraude no Japão aumentam pelo sétimo ano, chegando a 18.000 em 2017**

O número de casos de fraude detectados no Japão aumentou 28,6% em um ano, para 18.201 casos em 2017 com o sétimo aumento anual consecutivo, com muitas pessoas idosas que caem vítimas de tais crimes, disse a Agência Nacional de Polícia (NPA).

As perdas nos chamados casos especiais de fraude (enganar os idosos, representando seus filhos/netos e pedindo transferências de dinheiro urgente por telefone), no entanto, caiu 4,3% sobre o ano anterior para cerca de \$357 milhões de dólares.

Um funcionário da NPA sublinhou a importância de prevenir danos financeiros de fraude com pessoas idosas na medida em que casos envolvendo vítimas com idades de 65 ou mais respondem por 72,3% do total. A polícia irá realizar uma pesquisa em larga escala sobre as vítimas.

Embora o número de casos de fraude detectados no Japão tenha baixado após um recorde de 25.667 casos em 2004, voltou a subir novamente a partir de 2007.

Enquanto as perdas em cinco prefeituras, incluindo Aomori e Miyazaki, caíram à metade em 2017, tanto o número de casos de fraude como o valor do dano aumentaram em 16 prefeituras, principalmente em Tóquio, Kanagawa e outras metrópoles, de acordo com a NPA.

## **6. As armas para combater a gripe poderão parecer diferentes no próximo ano**

Um tratamento experimental desenvolvido por pesquisadores no Japão tem recebido muita atenção, mas só o tempo vai dizer se a droga é digna do entusiasmo.

Em outubro, Shionogi & Co. Ltd., com sede em Osaka, reportou que seu remédio experimental baloxavir marboxil reduziu a carga viral da gripe para níveis indetectáveis - matando o vírus - em 24 horas em mais da metade dos 414 participantes em um estudo.

No entanto, Tamiflu, os antivirais que muitas pessoas agora usam para combater a gripe, da mesma forma destruiu o vírus em 24 horas, embora em apenas 9% dos 346 participantes.

Shionogi também estudou o tempo que a droga levou para aliviar os sintomas. Pacientes tratados com baloxavir marboxil viu seus sintomas aliviados, em média, em 53,7 horas; aqueles tratados com placebo levaram a média de 80,2 horas.

A droga eliminou a febre significativamente mais rápido do que o placebo (24,5 horas vs 42 horas) e causou menos efeitos colaterais, como vômitos, que o Tamiflu.

De acordo com a empresa, a droga atua pela interrupção da capacidade do vírus da gripe de infectar as células de uma forma diferente do Tamiflu,.

Shionogi acredita que a dose única necessária para o tratamento deve ajudar os pacientes. Tamiflu, pelo contrário, requer doses múltiplas durante vários dias.

## 7. "CAFÉ PAULISTA", uma loja centenária no coração de Tóquio

O sofisticado, elegante e movimentado distrito de Ginza fica no centro de Tóquio. É lá que se encontram as vitrines de grife e as melhores lojas do Japão. É surpreendente que uma loja centenária de nome "Café Paulista", aberta em 1911, conseguiu se manter na principal avenida de Ginza por todo esse tempo, vendendo café do Brasil. Ela foi fundada por um empreendedor japonês de nome Ryo Mizuno, que trouxe a primeira leva de imigrantes japoneses ao Brasil em 1908 no navio Kasato Maru. Ele foi incumbido de levar o café para o mercado japonês, como relata a jornalista Alda do Amaral Rocha (Valor, 12 de janeiro de 2018). O atual proprietário é Katsuhiko Hasegawa, cujo avô adquiriu em 1947 os negócios de café do senhor Mizuno. A loja tem preferência pelos grãos orgânicos. Em 2016, 60% das compras foram de produtores brasileiros.

A foto mostra o símbolo da loja na sua parte frontal, o seu proprietário, o produtor brasileiro Adolfo Vieira Ferreira e o exportador britânico Grant.



## 8. Crise no controle de qualidade em empresas japonesas

No desenvolvimento industrial do Japão do pós-guerra um dos fundamentos importantes foi o cuidado com a qualidade dos produtos. Nos últimos anos têm ocorrido alguns arranhões nesse fundamento. O caso dos automóveis da Toyota nos Estados Unidos foi bastante comentado. A correção veio rápida. O problema com os "airbags" produzidos pela empresa Takata teve ampla divulgação.

A revista "The Economist" publica algumas falhas recentes relacionadas ao controle de qualidade com o título "kaizen crisis". Menciona a Nissan que permitiu que técnicos não certificados fizessem a inspeção final em veículos vendidos no Japão; a Kobe Steel que alterou dados sobre qualidade de produtos de alumínio e cobre utilizados em aeronaves, foguetes, veículos, foguetes, trens e instalações nucleares; a Subaru que permitiu que estagiários efetuassem a última inspeção em veículos destinados ao mercado interno; a Mitsubishi Materials Subsidiaries que alterou dados sobre qualidade de aeronaves, equipamentos de geração de eletricidade e peças de veículos; e a Toray Subsidiary que alterou dados sobre qualidade de peças de veículos.

As providencias estão sendo tomadas, diz "The Economist": a maioria das empresas tem atualmente pelo menos dois diretores independentes cujo resultado tem sido um escrutínio mais cuidadoso sobre eventuais falhas.

## 9. Manufatura inteligente

As mudanças provocadas pela “indústria 4.0” avançam continuamente. Tanto os países industrializados como os em desenvolvimento estão preocupados porque não se tem uma visão clara dos seus efeitos no futuro. Desemprego é uma das preocupações, mas não se pode descartar grandes transformações na organização dos mercados, por exemplo. Porém, um número sem fim de possibilidades estão se abrindo. Dois exemplos:

a) No Brasil o setor mais atualizado em tecnologia é a agricultura. Foi essa evolução que permitiu o aumento contínuo da produtividade da terra e da mão de obra nos últimos sessenta anos. A Bembras Agro é uma empresa que lançou um software (pode ser utilizado num tablete ou smartphone) que engloba um conjunto de tecnologias de ponta. Segundo ela, o sistema é prático, simples e eficiente na colheita e processamento de dados e informações (A Lavoura, ano 120, no. 720). Com a ajuda de um *drone* pode-se identificar pragas no período inicial, falhas de plantio, altimetria do terreno, curvas de nível, contagens de plantas e de gado, processa-los em tempo real para que se possa tomar as medidas rapidamente.

b) O Japão enfrenta escassez de mão de obra mesmo com o aumento da participação das mulheres na força de trabalho. Uma tecnologia que ajuda a suavizar o problema é a robótica. Recentemente foi inaugurada a quinta unidade do “Henn na Hotel” na parte central de Tóquio, nas imediações da elegante área de Ginza (*Nikkei Asian Review*, 3 de fevereiro de 2018). A particularidade é que o hotel, que conta com 98 apartamentos, é administrado apenas por 7 funcionários. Na recepção a pessoa que chega é atendida por duas moças e um rapaz, robôs, que examinam o passaporte e a reserva, fazem os registros e dão informações sobre as acomodações e os diversos procedimentos. Pelo exame do passaporte os robôs selecionam uma entre quatro línguas que falam (japonês, mandarim, inglês e coreano). Os robôs reduzem o custo operacional, permitindo o hotel oferecer diárias a preços relativamente suaves: 7.000 ienes (US\$64) para uma pessoa e 10.000 ienes para 2 pessoas. O hotel parece ser de bom padrão. Um hotel 5 estrelas em Tóquio custa em torno de 250 a 400 dólares, um pouco mais barato do que em Nova York, Londres ou Paris devido, nos últimos anos, à crescente concorrência de novos hotéis a preços menores. Os apartamentos do “Henn na Hotel” são equipados com a última tecnologia, incluindo smartphones que o cliente pode utilizar em ligações internacionais sem a cobrança de tarifas. A cadeia “Henn na Hotel” espera atingir 100 unidades (“henn” pode ser traduzido por “estranho”).



Um programa de televisão mostrou um outro hotel, de uma cadeia concorrente, que além da recepção robotizada disponibilizava um mini robô, cabendo na palma da mão, programado para os atendimentos de quarto, como acender a luz, ligar o ar condicionado, disponibilizar a geladeira, ativar o despertador, comunicar-se com a recepção etc. Segundo a reportagem de “O Estado” de 28 de janeiro de 2018, no Japão os robôs começam a entrar também nos asilos, enfermarias, creches e residências. São robôs

construídos para lidar com pessoas. Muitos centros de enfermagem estão testando diversos tipos de robôs com o apoio do Estado. Exemplos: uma armadura eletrônica que ajuda a cuidadora a levantar e mover os pacientes sem fazer muita força; outro, uma máquina com sensores para detectar os movimentos do corpo que indica a hora de levar o doente para o banheiro. Um cachorro robô da Sony tem sensores que monitoram os movimentos dos donos e avisa seus parentes caso ocorra algum sinal atípico.

## Notícias Internacionais

### 1. Cultivo de transgênicos

Em 2015 a área mundial de cultivo com sementes transgênicas foi de 179,7 milhões de hectares passando a 185,1 milhões de hectares em 2016 (Agroanalysis, novembro de 2017). Os Estados Unidos lideram com 72,9 milhões de hectares seguidos do Brasil e da Argentina.

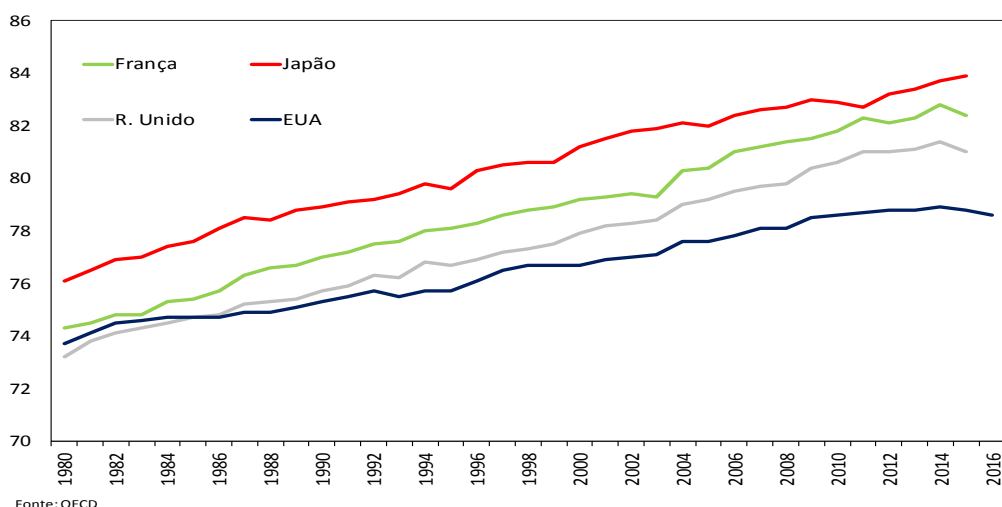
### 2. China fecha fábricas de fibras sintéticas

Para reduzir a poluição ou para eliminar as empresas ineficientes, a China tem fechado inúmeras fábricas, incluindo várias de fibras sintéticas. O resultado, reforçado pelo aumento recente dos preços de petróleo, vem estimulando a demanda por algodão e impulsionando a sua cotação internacional. O Brasil, um importante produtor e exportador de algodão, pode ser um dos beneficiários desse movimento, acreditam os produtores e exportadores brasileiros (Valor 20 de novembro de 2017).

### 3. Cai a expectativa de vida nos Estados Unidos

A expectativa de vida ao nascer nos Estados Unidos foi de 78,6 anos em 2016, uma ligeira redução em dois anos seguidos. Em 2014 era de 78,9 anos, reporta “The Economist” (6 de janeiro de 2018). As duas principais causas de morte continuam sendo o coração e o câncer. Mas a causa denominada “unintentional injuries”, que inclui overdoses de drogas, atingiu o terceiro lugar em 2016 com 6% das mortes nesse ano. Em 2012 ela ocupava o quinto posto e em 2014 o quarto posto. A questão parece mais grave porque a taxa de mortalidade por qualquer causa de pessoas relativamente jovens, entre 25 a 34 anos, aumentou em 11% de 2015 para 2016, e por overdose em 50% de 2014 a 2016. Ao mesmo tempo, as quedas em mortalidade devidas ao coração e ao câncer que estavam declinando, constituindo-se numa das razões da melhoria da expectativa de vida, começaram a se estabilizar.

Expecativa de vida ao nascer (anos)



#### 4. Subsídio agrícola na França

A França tem sido historicamente o maior defensor dos elevados subsídios à agricultura. Porém, existem indícios de que o Presidente Macron procura alterar esse estado de coisas. Em carta de dezembro do ano passado Paris deseja que Bruxelas priorize o sistema de defesa e o educacional, e que se pense numa profunda reforma da velha Política Agrícola Comum, para melhor enfrentar os desafios com o objetivo de buscar a eficiência e adicionar valor para a Europa. Não se consegue avaliar as mudanças que a nova postura francesa pode produzir, mas é provável que aconteça alguma redução dos subsídios no curto prazo.

#### 5. Castanha de caju no Vietnã

A castanha de caju é bastante conhecida no Brasil. O país é produtor e consumidor, mas não exportador. Bill Spindle e Vibhuti Agarwal descrevem a expansão do cultivo dessa amêndoa no mundo<sup>6</sup>. Exploradores portugueses teriam levado mudas de cajueiro do Brasil para a Índia no século XVI, para a cidade de Kollan, um porto situado no Oceano Índico. O comércio da castanha no mercado mundial somente teve início ao final da década de vinte do século passado quando a *General Foods* se interessou pelo produto.

Por décadas Kollan foi a capital mundial do caju. Os negócios floresceram. Porém acabaram sendo vítimas:

- a. do protecionismo governamental mal conduzido e da falta de vontade dos negociantes de se adaptarem a uma economia global mais livre;
- b. da insatisfação dos trabalhadores com a manutenção de salários baixos, poucos benefícios e longas horas de trabalho. A partir de 1970 os líderes sindicais ajudaram a transformar a indústria num fator de desenvolvimento comunitário.
- c. da introdução, pelos partidos comunistas, de funcionários favoráveis aos empregados na administração local. Para ampliar o emprego e os salários o Estado estabeleceu duas grandes firmas processadoras de castanha. Essas empresas dominaram a indústria local. O salário mínimo tornou-se obrigatório para todos os processadores, inclusive os privados.

Os salários aumentaram, a assistência à saúde melhorou e direitos à aposentadorias foram estabelecidas. Houve benefícios para a população. A impressão que se tinha era de um equilíbrio entre os ideais capitalistas e marxistas. Em 1999 a exportação atingia 97.000 toneladas métricas, correspondente a 80% do comércio mundial.

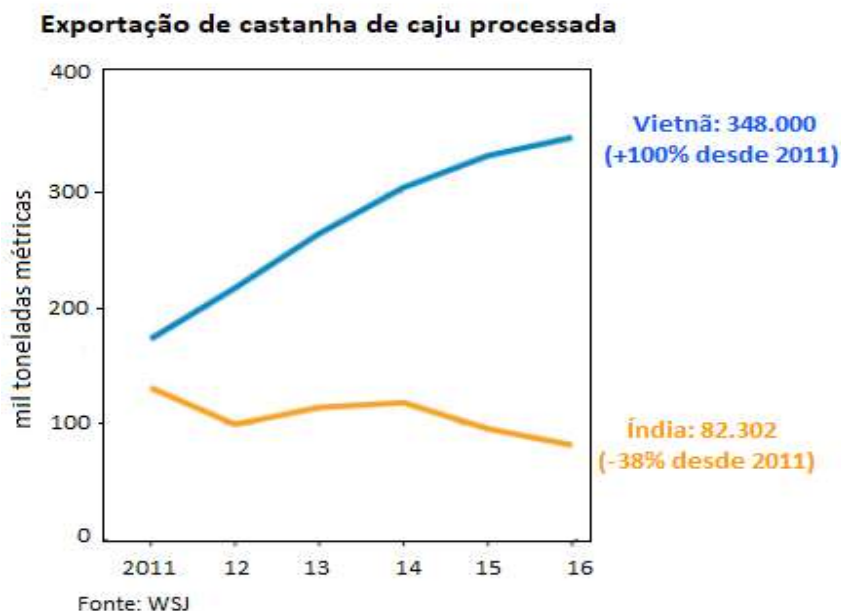
Em meados da década de noventa do século passado visitantes de Vietnã começaram a aparecer. A indústria indiana, certa de que eles eram agricultores, forneceram informações importantes de como as castanhas eram processadas. No entanto, entre os visitantes encontravam-se também engenheiros.

Desde 1980 o governo do Vietnã já vinha estimulando a plantação de cajueiros nas localidades mais pobres. Em 1995 o governo vietnamita atribuiu a um empresário determinado, de nome Nguyen Van Lang, a tarefa de aumentar as exportações de castanha de caju. Lang se concentrou na mecanização do processo industrial. Experiências com um fabricante de equipamento italiano foram mal sucedidas, o que levou Lang a produzir a sua própria máquina. Porém o progresso parece ter sido lento. O avanço definitivo aconteceu quando a empresária Pham Thi May Le conseguiu transformar a sua indústria com a redução brusca da mão de obra de 2.000 funcionários em 2007 para 170. Outros processadores do Vietnã seguiram o mesmo caminho.

---

<sup>6</sup> “How Cashews Explain Globalization”, The Wall Street Journal, 1 de dezembro de 2017.

Em Kollam, na Índia, líderes políticos têm desestimulado a mecanização porque ela implica em desemprego. Leis locais impedem a demissão de trabalhadores. Inibindo a redução de custos e o aumento da eficiência das máquinas. Resultado: o Vietnã avança e a Índia perde espaço no mercado mundial.



## 6. Resolução de problemas em grupo

A OECD relata que cerca de 125.000 estudantes de 15 anos, de 52 países, participaram de um teste pela primeira vez para avaliar como eles se comportariam em grupo para a solução de problemas; suas atitudes colaborativas e eventuais diferenças decorrentes de gênero, antecedentes sociais e atividades extraescolares. Algumas constatações foram:

- i) estudantes que se dedicam a muita leitura ou à matemática tendem a ser melhores na resolução de problemas colaborativos, porque possuem mais habilidade para administrar e interpretar informações e mais habilidade para raciocinar, requisitos necessários para a solução de problemas.
- ii) As moças têm desempenho melhor do que os rapazes em todos os países. Elas são 1,6 vezes mais prováveis de resolver problemas colaborativos do que os rapazes.
- iii) Estudantes que praticam educação física ou esportes têm uma atitude mais positiva em relação à colaboração. Estudantes que praticam vídeo-game fora da escola têm menor pontuação na solução dessa modalidade de problema do que estudantes que não praticam. Estudantes que acessam a internet ou redes sociais têm desempenhos melhores do que os que não acessam.

## 7. Insetos, alimento do futuro

“A carne (de boi) é realmente saborosa, porém é produzida por um processo muito ineficiente”. Quem escreve é Ólive Hefernan (Nature Outlook, vol. 544, no. 7651). Entre outras considerações, menciona que a criação de insetos comestíveis traria uma série de vantagens ambientais quando comparada com a do boi: “10 quilos de proteína são necessários para produzir um quilo do boi vivo, enquanto que 1,7 quilos de ração produzem 1 quilo de grilo”. Seria necessário ainda chamar a atenção para a enorme quantidade de água que o boi consome, além de ser um grande emissor de CO<sub>2</sub> que polui a natureza.

O autor menciona que dois milhões de pessoas consomem insetos como parte de sua dieta, número citado também pelo Banco Mundial. E que cerca de 2.000 espécies de insetos têm sido utilizadas como alimento. São extremamente nutritivos. Programa de culinária na TV de Andrew Zimmern, “*Bizarre Foods*”, tem mostrado que mesmo nos Estados Unidos insetos industrializados têm sido misturados a outros alimentos a fim de enriquecê-los. Se quiser evitar surpresas, leia os rótulos.

## 8. A geopolítica e o agronegócio

Sarah Theurich é especialista em análise de riscos políticos da *GeoEconomica* uma consultoria em geopolítica com sede em Genebra. Concedeu uma entrevista para a revista *Agroanalysis* da Fundação Getúlio Vargas (outubro de 2017). O Brasil ao se tornar importante no cenário mundial como produtor e consumidor de insumos relacionados ao agronegócio, um “global player”, necessita de incorporar cenários e riscos geopolíticos às decisões estratégicas desse setor, diz Theurich. “A geopolítica mostra como mudanças nas relações de poder internacionais afetam determinadas regiões do mundo. Isso ajuda no entendimento sobre riscos geopolíticos e políticos que afetam o ambiente de negócios”.



## Anexo Estatístico

### 1. Brasil: população residente (1000 habitantes)

Censo	Urbana	Rural	Total	Crescimento anual (%) *
1872	-	-	9.930,5	
1890	-	-	14.333,9	2,06
1900	-	-	17.438,4	1,98
1920	-	-	30.635,6	2,91
1940	12.880,2	28.356,1	41.236,3	1,49
1950	18.782,3	33.161,5	51.944,4	2,39
1960	31.303,0	38.767,4	70.070,5	2,99
1970	52.097,3	41.037,6	93.134,8	2,89
1980	80.437,3	38.573,8	119.011,1	2,48
1990	108.714,7	36.110,4	144.825,2	1,93
2000	137.954,0	31.845,2	169.799,2	1,64
2010	160.925,8	29.830,0	190.755,8	1,17
2020 #			212.077,4	1,1
2030			223.126,9	0,5
2040			228.153,2	0,2
2050			226.347,7	-0,1
2060			218.173,9	-0,4

Fonte: IBGE; (\*) em relação ao censo anterior, (#) 2020-60 projeção IBGE

## 2. Brasil: população por grupos de idade (1000)

Ano	0 – 14 anos	15 – 64 anos	65 anos e mais
1950	22.432,0	29.937,2	1.452,9
1960	31.479,8	38.894,8	2.139,1
1970	40.676,0	51.815,6	3.120,9
1980	45.339,9	68.464,2	4.758,5
1991	52.022,0	90.418,5	6.653,7
2000	52.107,1	111.619,1	9.722,2
2010	49.934,1	132.310,3	13.253,4
2020	44.315,0	147.780,0	19.982,3
2030	39.256,9	153.881,5	29.988,5
2040	35.441,1	152.595,2	40.116,9
2050	31.849,2	143.233,8	51.264,7
2060	28.332,8	131.429,5	58.411,6

Fonte: IBGE

## 3. Brasil: Produto Interno Bruto Real, taxas anuais de variação (%)

Ano	Variação %	Ano	Variação %	Ano	Variação %
1948	9,7	1949	7,7	1950	6,8
1951	4,9	1952	7,3	1953	4,7
1954	7,8	1955	8,8	1956	2,9
1957	7,7	1958	10,8	1959	9,8
1960	9,4	1961	8,6	1962	6,6
1963	0,6	1964	3,4	1965	2,4
1966	6,7	1967	4,2	1968	6,6
1969	9,5	1970	10,4	1971	11,3
1972	11,9	1973	14,0	1974	8,2
1975	5,2	1976	10,3	1977	4,9
1978	5,0	1979	6,8	1980	9,2
1981	-4,3	1982	0,8	1983	-2,9
1984	5,4	1985	7,8	1986	7,5
1987	3,5	1988	-0,1	1989	3,2
1990	-4,3	1991	1,0	1992	-0,5
1993	4,7	1994	5,3	1995	4,4
1996	2,2	1997	3,4	1998	0,3

Ano	Varição %	Ano	Varição %	Ano	Varição %
1999	0,5	2000	4,4	2001	1,4
2002	3,1	2003	1,1	2004	5,8
2005	3,2	2006	4,0	2007	6,1
2008	5,1	2009	-0,1	2010	7,5
2011	4,0	2012	1,9	2013	3,0
2014	0,5	2015	-3,8	2016	-3,6
2017	1,0				

Fonte: IBGE

#### 4. Brasil: taxas anuais de inflação (%)

Ano	IGPDI - FGV	IPC - FIPE	IPCA - FIBGE	INPC - FIBGE
1950	12,4	3,7	-	-
1951	12,3	11,3	-	-
1952	12,7	27,2	-	-
1953	20,5	19,3	-	-
1954	25,9	22,6	-	-
1955	12,1	18,4	-	-
1956	24,5	26,5	-	-
1957	7,0	13,7	-	-
1958	24,4	22,6	-	-
1959	39,4	42,7	-	-
1960	30,5	32,2	-	-
1961	47,8	43,5	-	-
1962	51,6	61,7	-	-
1963	79,9	80,5	-	-
1964	92,1	85,6	-	-
1965	34,2	41,2	-	-
1966	39,1	46,3	-	-
1967	25,0	25,3	-	-
1968	25,5	25,2	-	-
1969	19,3	22,6	-	-
1970	19,3	17,5	-	-
1971	19,5	20,6	-	-
1972	15,7	17,5	-	-
1973	15,5	14,0	-	-

Ano	IGPDI - FGV	IPC - FIPE	IPCA - FIBGE	INPC - FIBGE
1974	34,5	33,0	-	-
1975	29,3	29,3	-	-
1976	46,3	38,1	-	-
1977	38,8	41,1	-	-
1978	40,8	39,9	-	-
1979	77,2	67,2	-	50,1
1980	110,2	84,7	99,3	99,7
1981	95,2	90,9	95,6	93,5
1982	99,7	94,6	104,8	100,3
1983	211,0	164,1	164,0	178,0
1984	223,8	178,6	215,3	209,1
1985	235,1	228,2	242,2	239,0
1986	65,0	68,1	79,7	59,2
1987	415,8	367,1	363,4	394,7
1988	1.037,6	891,7	980,2	993,2
1989	1.782,9	1.635,8	1.972,9	1.863,6
1990	1.476,7	1.639,1	1.621,0	1.585,3
1991	480,2	458,6	472,7	475,1
1992	1.157,8	1.129,4	1.119,1	1.149,0
1993	2.708,2	2.491,0	2.477,1	2.489,1
1994	1.093,9	941,2	916,4	929,3
1995	14,8	23,2	22,4	22,0
1996	9,3	10,0	9,6	9,1
1997	7,5	4,8	5,2	4,3
1998	1,7	- 1,8	1,7	2,5
1999	20,0	8,6	8,9	8,4
2000	9,8	4,4	6,0	5,3
2001	10,4	7,1	7,7	9,4
2002	26,4	9,9	12,5	14,7
2003	7,7	8,2	9,3	10,4
2004	12,1	6,6	7,6	6,1
2005	1,2	4,5	5,7	5,0
2006	3,8	2,2	3,1	2,8
2007	7,9	4,4	4,5	5,2
2008	9,1	6,2	5,9	6,5
2009	-1,4	3,7	4,3	4,1

Ano	IGPDI - FGV	IPC - FIPE	IPCA - FIBGE	INPC - FIBGE
2010	11,3	6,4	5,9	6,5
2011	5,0	5,8	6,5	6,1
2012	8,1	5,1	5,8	6,2
2013	5,5	3,9	5,9	5,6
2014	3,8	5,2	6,4	6,2
2015	10,7	11,1	10,7	11,3
2016	7,2	6,5	6,3	6,6
2017	-0,4	2,3	2,9	2,1

IGP-DI: índice geral de preços, disponibilidade interna, FGV  
IPC-FIPE: índice de preços ao consumidor, FIPE/USP  
IPCA: índice de preços ao consumidor ampliado, IBGE  
INPC: índice nacional de preços ao consumidor, IBGE



## Comissão de Relações Empresariais

Akihiro Ikeda - Presidente  
Isidoro Yamanaka – Vice-Presidente  
Kazuo Watanabe – Vice-Presidente  
Mitie Nagoshi Mantoku - Secretária  
Eiki Shimabukuro  
Harumi Arashiro Goya  
Henrique Shiguemi Nakagaki  
Paulo Hirai  
Pedro Paulo Cardoso de Melo  
Roberto Yoshihiro Nishio  
Tuyoci Ohara

**Comitê de Redação:** Kazuo Watanabe, Tuyoci Ohara e Mitie Nagoshi Mantoku

**Revisor:** Roberto Yoshihiro Nishio

## Consultas, dúvidas e comentários

Encaminhar para: Mitie Nagoshi Mantoku - e-mail: [comissao.empresarial@bunkyo.org.br](mailto:comissao.empresarial@bunkyo.org.br)

**Nota:** as opiniões emitidas nos artigos são exclusivas dos autores de artigos.